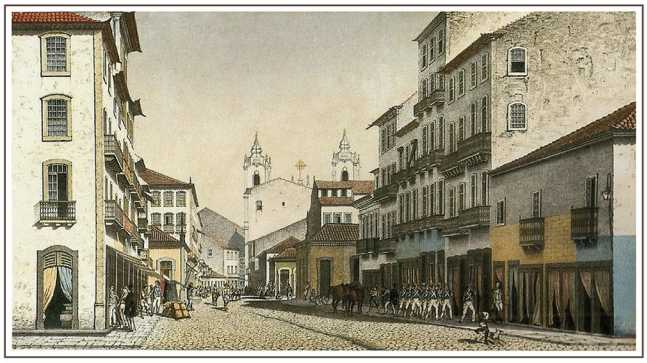
VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est

Culturas políticas e conflitos sociais

VI Congrès International UFES/Paris-Est

Les cultures politiques et les conflits sociaux



Crespo Street (in the album) Pernambuco de Emil Bauch (Museu Nacional de Belas Artes)

Lamartine devant l'Hôtel de Ville de Paris le 25 février 1848 refuse le drapeau rouge de Henri Félix Emmanuel Philippoteaux (Carnavalet Museum)

11 a 14 de setembro de 2017

Centro de Ciências Humanas e Naturais - Campus de Goiabeiras

Universidade Federal do Espírito Santo

Realização

Apoio

FICHA CATALOGRÁFICA

C813c VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est (2017, Vitória)
Caderno de Resumos do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est, Vitória, ES, 11 a 14 de setembro de 2017/ Organização [de] Adriana Pereira Campos; Patrícia Maria da Silva Merlo; Lucas Onorato Braga. Vitória: LHPL, 2017.

Versão eletrônica disponível em:
http://www.periodicos.ufes.br/UFESUPEM

ISSN: 2237-3616

1. Culturas políticas. 2. Conflitos sociais. 3. História. 4. CAMPOS, Adriana Pereira. 5. MERLO, Patrícia Maria da Silva. 6. BRAGA, Lucas Onorato.

Adriana Preira Campos e

Patrícia Maria da Silva Merlo (Org.)

Caderno de Resumos do

VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est:

Culturas políticas e conflitos sociais

Vitória

2017

VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est:

Culturas políticas e conflitos sociais

COMISSÃO COORDENADORA:

Profª Drª Adriana Pereira Campos - UFES
Prof Dr Michael Alain Soubbotnik - Universitè Paris-Est
Profª Drª Patricia Maria da Silva Merlo - UFES

COMISSÃO CIENTÍFICA:

Prof Drª Lucia Maria Paschoal Guimarães - Presidente - UERJ
Prof Dr Marcos Antônio Lopes - UEL
Prof Dr Arthur Alfaix Assis - UNB
Profª Drª Raquel Glezer - USP
Profª Drª Adriana Pereira Campos - UFES
Prof Dr Michael Alain Soubbotnik - Universitè Paris-Est

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Profª Drª Adriana Pereira Campos - UFES
Profª Drª Patricia Maria da Silva Merlo - UFES

COMISSÃO TÉCNICA:

Lucas Onorato Braga – UFES

Sumário

Benedicto Tannure: um médico libanês em conflito com a justiça
Adilson Silva Santos.....2

A conciliação no Brasil e a importância da figura dos juízes leigos para o seu desenvolvimento
Adriana Pereira Campos & João Vitor Sias Franco.....2

As relações entre Igreja Católica e Regime Civil Militar no Brasil – uma análise a partir dos interesses Institucionais da Igreja
Ailton Marcos dos Reis.....2

Supremas Cortes e Recursos Eleitorais: proposta de pesquisa (Brasil e Uruguai, 1891-1932)
Alexandre de Oliveira Bazilio de Souza.....3

Refugiados ambientais:a necessidade de proteção jurídica internacional
Alfredo Lampier Jr.....3

Partido e Movimento: suprapartidarismo e 'força supraestatal' na análise arendtiana das origens do totalitarismo
Amarildo Mendes Lemos.....4

Boatos e opinião pública: Como influenciam na avaliação dos governantes e de seus governos?
Ana Lúcia Santos Coelho.....4

Jóns saga helga: Uma análise do processo de conversão da Islândia medieval
André Oliveira.....5

Discursos a respeito do corpo no Medievo Ocidental
Anny Barcelos Mazioli.....5

O golpe de 1964 em comparação com o impeachment de 2016 e a afirmação de um passado que não passa
Ariel Cherxes.....5

Os Corcundas e os Periquitos: a visão áulica sobre a Revolta dos Periquitos na Bahia

Arthur Ferreira.....6

A UFES e a política de modernização conservadora e autoritária da ditadura militar
Ayala Rodrigues Oliveira Pelegrine.....6

Damnatio ad bestias: a morte do outro na África romana
Belchior Monteiro Lima Neto.....6

Anistia: Conceitos, Transição Brasileira e Impunidade no Tempo Presente
Brenda Soares Bernardes.....7

Trabalho Infantil no Brasil
Carlos Modanês dos Santos.....7

O surgimento das propostas de autonomia entre as organizações mapuches no Chile na década de 1990
Caroline Faria Gomes.....8

A construção da memória positiva da ditadura no Espírito Santo (1964-985): o papel do empresariado
Carolina Julia Pinto dos Santos & Vitor de Angelo.....8

O conflito com a Sinagoga presente no corpus Cypriani e a importância do testemunho de Cipriano para o cristianismo no norte da África
Carolline da Silva Soares.....9

As relações entre o governo e as nomeações de capitães-mores na visão de José Teixeira de Oliveira (séc. XVII
Cássia Lourdes Paradella.....9

A aceitação da prostituta na sociedade medieval cristã no século XIII através da análise da Suma Teológica de Tomás de Aquino
Cícera Leyllyany F.L.F. Müller.....9

Ensino de História: a fotografia como possibilidade para o processo de aprendizagem nos anos iniciais da Educação Básica
Clara Zandomenico Malverdes & Maria Alayde Alcantara Salim.....10

Campo Intelectual, Campo Político: "Campo de Poder". O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) Entre Representações na Década de 1950
Cleber Ferreira dos Santos.....10

História, memória e o ensino de história dos regimes não democráticos
Davi Elias Rangel Santos.....11

A campanha de educação de adultos no meio rural (1950): uma missão civizadora em Itaperuna (RJ)
Deane Monteiro Vieira Costa.....12

Planejamento e industrialização no Espírito Santo: o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Codec)
Diones Augusto Ribeiro.....12

História e memória em Jardim da Penha: Entre os lugares de memória e o seu esquecimento
Douglas Edward Furness Grandson; Maria Cristina Smith Menandro & Priscila Silva de Oliveira.....13

A colonização do Norte do Espírito Santo e os movimentos migratórios (1888 - 1962)
Edmilton da Silva.....13

Governo Representativo e democracia econômica em discursos parlamentares de John Stuart Mill (1866)
Eduardo Teixeira Gomes.....13

Pluralidade jurídica: o fator jurídico no processo histórico de construção das sociedades
Eliza Martins; Misma Martins.....14

Arqueologia e História da cidade romana tardo antiga: as villae rusticae de Antioquia de Orontes
Érica Cristhyane Morais da Silva.....15

Auschwitz e Treblinka: o cotidiano da morte nos campos de concentração e extermínio sob domínio Nazista
Evelyn Reis Bergamim.....15

A cartografia como fonte primária da História do Espírito Santo
Fabio Paiva Reis.....16

A influência da globalização sobre o estado na legitimação da música brasileira
Fabio Rodrigues.....17

Quartel do Moscoso: uma história de sessenta e um anos
Fabrício André de Oliveira.....18

Educação em Direitos Humanos: a construção de uma práxis educativa
Fernanda Fachetti Horta.....18

A redução da maioriade penal na mídia e a memória parlamentar
Filipe Chicarino.....19

Sobre a origem e função precípua do governo na concepção dos contratualistas, David

Flávio dos Santos Oliveira.....19

Indígenas na Capitania do Espírito Santo: representação e resistência dos nativos frente aos homens globais
Gabriel Angra Ghidetti.....20

"Trabalha como se tudo dependesse de ti e confia como se tudo dependesse de Deus": poder e fé na conquista da Terra de Santa Cruz
Francis Rasseli dos Santos.....20

Era Vargas: A cultura popular e a legitimação da identidade nacional
Gabriela Loureiro Barcelos.....21

Retratos de família: escravidão e liberdade nas terras do Espírito Santo na segunda metade do século XIX
Geisa Lourenço Ribeiro.....21

Conflito urbano e violência em Alexandria no século IV: ação imperial de Constâncio II e a reação nicena à nomeação do bispo ariano Jorge de Capadócia
Giovanna Entringer.....21

Narrativas e representações históricas: o humor político nas charges de Henfil
Giovanna Carrozzino Werneck & Priscila de Souza Chisté Leite.....22

Em busca de identidades: crianças brasileiras no Japão
Gisele Silva Prado.....22

Sindicatos nos portos do Espírito Santo: dentre o surgimento e a caminhanda
Gracineide Maria De Souza.....23

Sobre passados que não passam: a justiça de transição em perspectiva histórica
Guilherme Gouvêa Soares Torres.....23

Rumo a um movimento trabalhista: PCB em busca da consciência de classe através do Folha Capixaba
Igor Dutra Baptista.....24

Produção intelectual e a cultura da utilidade: o perfil dos escritos nas Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1789-1815
Igor Endlich Dourado.....24

"Ai Deus, ai Deus, como é grande a perfídia dos judeus": análise dos mitos antijudaicos a partir da leitura das cantigas de Santa Maria
Ingrid Alves Pereira.....24

Espírito Santo (1930-1943): populismo ou hegemonia oligárquica?

Jefferson Ferreira Alvarenga.....25

Reflexões metodológicas acerca da trajetória individual de Jean Anthelme Brillat Savarin (1755-1826)
Jeterson da Silva Loss.....25

História, cinema e religião: representação cinematográfica de Jesus entre 1905 e 1927
João Carlos Furlani.....26

O uso do diabo como estratégia discursiva na Idade Média
Joana Scherrer Carniel.....26

O Macaco Brasileiro e a difusão impressa da linguagem liberal patriótica no processo de Independência do Brasil
Jorge Vinícius Monteiro Vianna.....27

Morte de escravos durante a passagem do cholera morbus pela província do Espírito Santo, entre 1855/1856: uma constatação sinóptica
José Mauriene Araújo Felipe.....27

DNPM inábil em fiscalizar a exploração do patrimônio mineral da União: um estudo comparativo entre Monteiro Lobato e TCU
Josimar Natividade.....28

O morrer moderno: entre os dissensos e os consensos sobre a morte nas camadas dirigentes capixabas da segunda metade do Oitocentos
Júlia Freire Perini.....28

A presença indígena nas escravarias da Capitania do Espírito Santo
Juliana Sabino Simonato.....29

Ensino de História indígena: algumas reflexões
Kalna Mareto Teao.....29

Os judeus, Ashkenaz e o Sacro Império: os martírios da Primeira Cruzada
Karla Constancio.....30

Linguagens Da Feminilidade: Maternidade, Perfomance E Política
Karolina Fernandes Rocha.....30

O corpo feminino no pensamento cristão medieval
Laila Lua Pissinati (UFES).....31

O direito à participação ao processo como fundamento de legitimação da jurisdição no Estado Democrático Constitucional inaugurado pela Constituição Federal de 1988
Larissa de Almeida Silva.....31

Revista Americana (1909-1919): representações de continente americano e de paz em tempos de Primeira Guerra Mundial
Larissa Milanezi Fabriz.....32

A Família Escrava Presente nos Registos Eclesiásticos: uma análise de Itapemirim-ES (1860-1870)
Laryssa Da Silva Machado.....32

O discurso de Maimônides sobre as conversões forçadas e as práticas idólatras na Epístola sobre a Apostasia (1165 E.C.)
Layli Oliveira Rosado (UERJ).....32

Mulher e historia: o usos da memória pela conquista do espaço feminino
Leandro da Silva Lunz.....33

Culturas políticas e conflitos sociais no limiar da República: a fabricação do "consolidador da República"
Leandro do Carmo Quintão.....33

Interesses e conflitos latentes, manifestos e explícitos na apropriação social do território: natureza e colonização do norte do Espírito Santo nas décadas de 1940 e 1950
Leonardo Bis dos Santos.....34

O aspecto moral dos movimentos sociais ocorridos no brasil a partir de 2013
Leonardo Goldner Dellaqua.....34

Desordeiros e escandalosos: narrativas acerca das revoltas ocorridas na aldeia de Reritiba na década de 1740
Leonardo Nascimento Bourguignon.....35

Notas de pesquisa sobre a fronteira norte-capixaba: algumas considerações teóricas
Leonardo Zancheta Foletto.....35

Trajetórias e interseções: aproximações entre as elites locais capixabas e a corte joanina durante no governo de Francisco Rubim (1812-1819)
Livia Mauricio Scheiner.....36

A construção da instrução feminina na província do Espirito Santo 1845 a 1889: entre conhecimentos consentidos e saberes negados
Luana F. Guisso & Sebastião P. Franco.....36

Venezuela e migrações
Lucas Francisco Neto.....37

Immanuel Kant e seus escritos sobre o terremoto de Lisboa de 1755
Lucas Onorato Braga.....38

A aliança entre o getulista de primeira hora e o homem da gaita na disputa pelos rumos do getulismo no PTB do Espírito Santo (1945 – 1951)
Lucian Rodrigues Cardoso.....38

Religiosas no interior dos hospitais: as Irmãs de Jesus na Eucaristia e a Santa Casa de Cachoeiro de Itapemirim
Luciene Carla Corrêa Francelino.....38

A Reconquista como mito unificador: a legitimidade da coroa cristã castelhana na Baixa Idade Média
Ludmila N. Santos Portela (UFES).....39

Romanismo e barbarismo nas histórias de Asterix, o Gaulês.
Luís Eduardo Formentini.....39

Ilustração e José da Silva Lisboa
Marcela Portela Stinguel.....40

Trabalho, liberdade e participação política no Estado patrimonialista
Marcelo Ari Costa dos Remédios.....40

Do abandono na lama e no lixo à exemplar (e espontânea) organização urbana: o caso da construção do bairro de Santa Rita, Vila Velha/ES
Marcelo Sathler.....41

O processo de transição da mão de obra escrava para a livre e a imigração no Espírito Santo do século XIX
Márcia Regina Batista.....42

Crise de 1929 e ditadura de 1964: família, religião e pátria em (im)potência em O rei da vela, de Oswald de Andrade
Maria Eduarda Pecly Lopes.....42

Âncora Medicinal: O Manual luso do comer bem e com saúde, 1731
Mariana Costa Amorim.....43

Edgard Roquette-Pinto: atuação no Museu Nacional e na Revista Nacional de Educação para a conformação da nação
Mariana Calazans Wanick.....43

Cultura historiográfica e imaginação sociológica: ensaio e interpretação do Brasil nos anos
Maro Lara Martins.....44

Manual de Diagnóstico em Saúde Mental 5: efeitos políticos no campo da clínica
Jorge Luis Gonçalves dos Santos; Aline Reis da Silva & Mayara Sanazário Neves.....44

“A iniquidade se mostrará nos tempos de exílio”: O banimento de Hilário de Poitiers e o conflito entre arianos e nicenos nas Gálias
Melissa Moreira Melo Vieira.....44

Atheneu Provincial e os materiais necessários para seu funcionamento em 1877
Meryhelen Alves da Cruz Quiuqui.....45

A linguagem como arena: conflitos e resistência em performances culturais
Michele Freire Schiffler.....45

O nacionalismo à brasileira oitocentista expresso em livros de cozinha: as trajetórias de R. C. M. e Paulo Salles
Fernando Santa Clara Viana Junior.....46

Notas de pesquisa sobre a fronteira norte-capixaba: algumas considerações teóricas
Leonardo Z Foletto.....46

Dança afro potencializando afrodescendentes através das problematizações pós-coloniais e territorialidade periféricas
Pamela Monteiro.....47

Lembranças cantadas: a prática do congo como processo de transmissão de saberes populares e fortalecimento da memória e identidade da vila de Regência Augusta
Patrícia Flávia dos Santos Cau; Ailton Pereira Morila.....47

Educação na cidade: o processo de modernização da cidade de Vitória em debate na formação de professores
Patrícia Guimarães Pinto, Priscila de Souza Chisté Leite.....48

Vozes do combate à corrupção: o caso de Ribeirão Bonito (SP) de 1999 a 2010
Rafael Cláudio Simões.....49

As práticas de alforria na desagregação do sistema escravista – Província do Espírito Santo
Rafaela Domingos Lago.....49

Bar gay: Uma análise do caso Vitória a partir do roteiro turístico de Amylton de Almeida (1980)
Randas Gabriel.....50

Cotidiano, criminalidade e relações escravistas em Santa Luzia do Carangola (MG) – 1873 e 1888
Randolpho Radsack Corrêa.....50

Corpo profano, pecado da carne: aspectos da sexualidade no medievo cristão ocidental
Roni Tomazelli.....51

Violência contra a mulher: escovando o passado para o enfrentamento do presente
Rosely Silva Pires, Rosemery Casoli, Roberta Gouvea, Janilce Santos & Paula Melissa Gouvea.....51

A questão indígena na sociedade peruana do fim do século XIX e o princípio do século XX
Ruth Cavalcante Neiva.....52

A ética e concepção religiosa de Isidoro de Sevilha: o "livro das Sentenças"
Sergio Alberto Feldman.....52

Samuel Levy: um judeu francês em Cachoeiro de Itapemirim (Espírito Santo)
Silvana Maria Gomes da Rocha.....53

A crise social brasileira como reflexo da crise política nacional
Sérgio Rodrigues de Souza.....53

Análise da política indígena e indigenista adotada no Aldeamento de Itambacuri (1873-1889)
Tatiana Gonçalves de Oliveira.....54

Reflexões sobre uma sociedade em degradação: Theodore Dalrymple e o conservadorismo político contemporâneo
Tito Souza da Silva 55

A Arquitetura como uma chave de leitura para o entendimento do Estado Novo
João Henrique dos Santos; Valquíria Cordeiro da Vitoria & Marcela Sarnaglia.....55

Moda, Mídia, Consumo e Meio Ambiente: sob os holofotes dos três primeiros episódios do programa 'DESENGAVETA', do canal GNT
Vanessa Endringer Ribeiro.....55

O Boko Haram e a crise de refugiados nigerianos
Vinícius Pereira Saiter.....56

A imprensa e o movimento agrário: o caso do movimento udelinista em Cotaxé
Victor Augusto Lage Pena.....56

História Oral e memória: Quem são Tati, Sthefany e Dani? Três gerações diferentes, a mesma luta para viver a transexualidade
Viviane Anselmé da Silva Couto.....57

Direitos dos refugiados como direitos humanos: processo histórico de construção
Viviane Mozine Rodrigues & Rafael Cláudio Simões.....58

Redes governativas: a atuação da família Azeredo na Capitania do Espírito (Séc. XVI-XVII)
Wanderson Santos de Almeida.....58

Panorama histórico-cultural dos conflitos na guerra da Argélia: a França como coadjuvante
Welliington Rogério da Silva.....59

O processo contra Pelágio: o discurso de Agostinho de Hipona sobre o sínodo de Dióspolis (415 d.c.)
Raphael Leite Reis.....59

Eis os estrangeiros: a presença imigrante nas mensagens do executivo ao legislativo capixaba entre 1850 e 1930
Cione Marta Raasch Manske.....60

Una mirada a la crisis institucional venezolana: la Sala Constitucional del Tribunal Supremo de Justicia
José Angel Cornielles Hernández.....60

A violência contra a mulher e o discurso jurídico: um estudo de processos criminais do Município de Vila Velha/ES – 1965-2015
Maria Angela Rosa Soares.....61

A alfândega na capitania do Espírito Santo: fiscalidade no período filipino
Anna Karoline da Silva Fernandes.....61

Da pena ao problema público das altas taxas de homicídio
Marco A. B. Costa.....62

O Processo Inquisitorial 8064 de 1761: a trajetória do jesuíta Gabriel Malagrida junto ao Santo Ofício luso
Guilherme Marchiori de Assis.....62

Instituições políticas de um Portugal moderno: a reforma das Secretarias de Estado no reinado de D. João V (1746)
Julio Cesar da Costa Silva.....63

D. Maria: a formação da Princesa do Brasil
Ana Lucia de S. Abenassiff.....63

Escultor de el-rei: Machado de Castro de Coimbra na corte lusa (1770-1787)
Juliano Gomes.....64

"Para adiantamento da Instrucção Nacional, perfeição das Sciências e das Artes: o Plano

de Estatutos (1780) como eixo norteador das produções da Academia Real das Ciências de Lisboa"
Marina Galvão Prezotti.....65

Do desastre às letras: a ótica voltariana sobre a hecatombe de Lisboa de 1755
Daniel Leonardo Endringer.....65

RESUMOS

Benedicto Tannure: um médico libanês em conflito com a justiça

Adilson Silva Santos

O objetivo dessa comunicação é analisar o caso de um médico de origem libanesa acusado da morte de uma paciente, em Cachoeiro de Itapemirim, no sul do Espírito Santo. Manoela Brado Alves se submeteu a um procedimento médico feito pelo Dr. Benedicto Tannure, mas acabou morrendo. A partir daí, o que se verifica é um longo processo movido pelo Ministério Público contra ele, que revela intrincadas relações de poder porque outros médicos cachoeirenses estão envolvidos no caso. Assim, busca-se entender também se o fato de o processo criminal envolver um imigrante árabe pode ter tido – ou não – alguma relevância para o desenvolvimento e conclusão do caso da morte de Manoela.

A conciliação no Brasil e a importância da figura dos juízes leigos para o seu desenvolvimento

Adriana Pereira Campos & João Vitor Sias Franco

A conciliação é forma alternativa de resolução de conflitos que vem sendo utilizada no ordenamento jurídico brasileiro desde o período colonial, com especial destaque para a atuação dos juízes de paz no Brasil Império na busca da conciliação como equivalente jurisdicional, sendo importante ferramenta de promoção do acesso á Justiça e da duração razoável do processo. Entretanto, ao longo da história do direito brasileiro, a conciliação acabou sendo relegada a segundo plano. Na Constituição Federal de 1988, entretanto, com a determinação da instituição dos Juizados Especiais e a criação da figura dos juízes leigos, com inspiração no trabalho desenvolvido pelos juízes de paz no Brasil Império, com atribuição, especialmente, para o desenvolvimento da conciliação nos juizados, o que vem realizando de forma exitosa e eficaz, com aumento significativo dos índices de conciliação nos juizados em que há a atuação desses profissionais, promovendo uma maior efetividade do Poder Judiciário.

As relações entre Igreja Católica e Regime Civil Militar no Brasil – uma análise a partir dos interesses Institucionais da Igreja

Ailton Marcos dos Reis

Este artigo tem como objetivo analisar o posicionamento político da Igreja Católica frente ao Regime de Exceção que se instaurou no Brasil. O recorte cronológico estabelecido vai de 1964, ano que ocorreu a implantação do novo governo, e parte da Hierarquia Católica manifestou apoio à ação dos militares que levou a deposição do presidente João Goulart, até fins da década de 1970, quando essa mesma Hierarquia, agora mais unificada, passa a assumir uma posição clara de oposição ao Regime Civil Militar. Utilizando uma investigação bibliográfica-

-documental, foi possível concluir que a necessidade de preservar os interesses institucionais, tais como o de proteção de seus membros, de manutenção de sua posição de independência frente ao governo, e principalmente a necessidade de preservação da autoridade e poder de liderança da hierarquia católica, foram determinantes na condução das ações da Hierarquia Católica, representada no país pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Para um melhor entendimento da amplitude do conceito de Igreja foi tomado como aporte teórico as definições de Max Weber.

Supremas Cortes e Recursos Eleitorais: proposta de pesquisa (Brasil e Uruguai, 1891-1932)

Alexandre de Oliveira Bazilio de Souza

Este trabalho visa a apresentar proposta de pesquisa sobre a cultura jurídica na passagem do século XIX para o XX, tomando como base a motivação, mecanismo de decisão judicial que passou por importantes mudanças no período. Tradicionalmente prescindível, a motivação judicial tornar-se-ia o pilar de sistemas jurídicos baseados na lei, em que o Judiciário funciona como intérprete de formulações criadas pelo Legislativo. Nesta proposta, parte-se do pressuposto que tal passagem não se deu de forma uniforme, progressiva ou completa e que suas vicissitudes devem ser percebidas por meio de análise empírica das fontes. O contencioso eleitoral, nesse sentido, é lugar privilegiado de estudo, já que costumava despertar forte repulsa entre os magistrados e seu adentramento no campo jurídico ocorreu em momento posterior a outras áreas do Direito. Também em âmbito eleitoral, Brasil e Uruguai mostram-se como exemplos importantes dessas mudanças, mas cujos desfechos divergiriam bastante, já que o primeiro consolidaria esse processo com a criação da Justiça eleitoral em 1932 e o segundo privilegiaria uma administração eleitoral leiga.

Refugiados ambientais:a necessidade de proteção jurídica internacional

Alfredo Lampier Jr

O artigo aborda a temática do refúgio motivado por razões ambientais. Conceitua refugiado nos termos dos instrumentos jurídicos internacionais e Convenções Regionais. Demonstra a origem da expressão refugiado ambiental e traça um conceito desta categoria. Apresenta a lacuna jurídica existente em relação aos refugiados ambientais no âmbito do direito internacional dos refugiados. Entabula formas alternativas de proteção internacional a ser concedida aos refugiados ambientais. Sugere a aplicação do direito internacional dos direitos humanos e direito internacional do meio ambiente como forma de tutela dos refugiados ambientais. Conclui pela necessidade de proteção dos refugiados ambientais independente do enquadramento nos exatos termos dos instrumentos específicos de proteção aos refugiados.

Partido e Movimento: suprapartidarismo e 'força supraestatal' na análise arendtiana das origens do totalitarismo

Amarildo Mendes Lemos

Esta comunicação tem o objetivo de analisar o papel das 'forças supraestatais' na desintegração do sistema partidário europeu no começo do século XX, período marcado pela crise do Estado liberal e pela constituição dos movimentos totalitários. Por meio da reflexão realizada pela filósofa Hanna Arendt, na obra Origens do Totalitarismo, analisamos os aspectos históricos envolvidos no declínio dos partidos constitucionais e na baixa reputação dos parlamentos percebidas desde o século XIX. Tais acontecimentos, percebidos no período entreguerras, permitiram o controle da máquina do Estado por movimentos totalitários, caracterizados como 'forças supraestatais'. A análise textual nos permitiu perceber como Arendt explica a relação entre partido e movimento; a diferença estabelecida entre fascismo e totalitarismo; o colapso do sistema partidário europeu e a ascensão do totalitarismo. Em sua interpretação, Arendt negava os fundamentos socioeconômicos como determinantes das causas dos fenômenos políticos e formulava uma explicação da história política a partir de um conceito de poder concebido icativamente. Na análise arenditiana, podemos identificar os nuances que participam da negação do sistema pluripartidário, que refletia interesses classistas. Esse processo conduziu à apropriação da abstração 'povo' por lideranças que se colocaram acima dele e do próprio Estado sacrificando ambos "por amor à sua ideologia" (ARENDT, 2012:368). A interpretação do caminho dos movimentos totalitários em direção ao poder estatal, segundo Arendt, passa pela compreensão de que o "furioso interesse das massas pelos chamados 'poderes supraestatais' – como jesuítas, judeus e maçons – não provinha do apreço ao Estado ou à nação, mas ao contrário, da inveja e do desejo de se tornarem também uma 'força supraestatal'" (ARENDT, 2012:357). A reflexão do pensamento arendtiano permite problematizar o conteúdo do discurso suprapartidário e apreciar o ofício do historiador.

Boatos e opinião pública: Como influenciam na avaliação dos governantes e de seus governos?

Ana Lúcia Santos Coelho

O objetivo deste artigo é apresentar a forma pela qual os boatos podem interferir na construção da imagem de um governante. Tentaremos mostrar que eles influenciam diretamente na formação da opinião pública, a ponto de legitimarem ou descredibilizarem um líder político. Para tanto, utilizaremos exemplos que transitam entre o presente e o passado, como o governo da ex-Presidenta Dilma, do rei francês Luís XV e do imperador Nero. O referencial teórico empregado pautar-se-á no próprio conceito de Boato, discutido por Paillard (1990), Kovacs (1998), Kapferer (1993) e Aldrin (2003; 2005).

Jóns saga helga: Uma análise do processo de conversão da Islândia medieval

André Oliveira

A cristianização oficial da Islândia ocorreu na Alþing de 999, contudo os elementos da religiosidade nórdica não foram expurgados imediatamente da sociedade, sendo a transição ao cristianismo um processo que perdurou séculos. É possível notar a continuação dos elementos nórdicos na sociedade cristã islandesa na aurora da sua cristianização, onde apesar da sociedade ter sido convertida não ocorreriam punições para o sacrifício de crianças, comer carne de cavalo, e o sacrifício aos deuses na esfera privada. Essa permanência na sociedade já "cristianizada" é uma constante, somente sendo combatida mais veementemente pela atividade episcopal com a instauração dos bispados de Skáholt e Hólar. Nessa comunicação buscaremos expor por meio da Jóns saga helga, saga do santo Jóns, e outras sögur o processo de conversão da Islândia, onde a religião nórdica perdurou na sociedade mesmo com a estigmatização pela Igreja islandesa, somente sendo suprimida efetivamente com a anexação da Islândia a coroa norueguesa em 1262, e controle da Igreja islandesa pela arquidiocese em Niðáros.

Discursos a respeito do corpo no Medievo Ocidental

Anny Barcelos Mazioli

O recorte dessa comunicação se justifica por nosso objetivo ser apresentar um panorama geral de discursos acerca do corpo, da carnalidade e do prazer, no que se refere tanto à tradição Alto Medieval quanto à tradição Baixo Medieval. Para tanto, pretendemos abordar grandes nomes como Gregório Magno, Isidoro de Sevilha e utilizar, como documentação, penitenciais, manuais de confessores e demais formulações que pretendiam disciplinarizar e manter o domínio sócio-institucional sobre o corpo.

O golpe de 1964 em comparação com o impeachment de 2016 e a afirmação de um passado que não passa

Ariel Cherxes

Ao compararmos as narrativas dos desdobramentos que fizeram ocorrer em 31 de março de 1964 o golpe civil-militar em João Goulart, e o processo de impeachment em Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita presidente da república no Brasil, no dia 31 de agosto de 2016. Observamos a afirmação de um passado que não passa. Ambos, foram depostos de seus cargos políticos por uma oposição conservadora que os associaram ao Comunismo. Neste artigo, buscaremos explanar sobre como o temor anticomunista da direita brasileira depôs estes dois chefes do executivo em conjunturas políticas diferentes, e ao mesmo tempo fragilizou as instituições democráticas no Brasil. O conceito de cultura política em

uma sociedade global será o ponto de partida em nossa discussão e nos auxiliará no entendimento dos fatos ocorridos em ambos os períodos quando colocados em comparação.

Os Corcundas e os Periquitos: a visão áulica sobre a Revolta dos Periquitos na Bahia

Arthur Ferreira

Em 1824 ocorreu a Revolta dos Periquitos na Bahia. Insatisfeitos com o atraso no salário, os constantes deslocamentos dentro da província baiana, os castigos físicos e as ordens vindas do governo que deixavam insatisfeitos os militares, diversos setores, principalmente os militares, se uniram para iniciar uma revolta dentro de Salvador, tomando a cidade e assassinando o Governador das Armas, Felisberto Caldeira Brant. Diante desse acontecimento, um jornalista áulico do Rio de Janeiro, Pedro Plancher, iniciou a publicação de uma série de notícias sobre o ocorrido. Buscando fortalecer o projeto áulico através da opinião pública, o jornalista francês deu voz à opinião áulica sobre o acontecimento e expôs as preocupações e o projeto político dos áulicos através do conflito que ocorreu na Bahia. Essa comunicação busca explorar essas notícias como meio de compreender o projeto político exposto por Plancher através de seu periódico O Spectador Brasileiro, e relacionar esse projeto com a linguagem política pedrina.

A UFES e a política de modernização conservadora e autoritária da ditadura militar

Ayala Rodrigues Oliveira Pelegrine

No período da presidência de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), o paradoxo entre as forças modernizantes e repressivas da política adotada pela ditadura militar ficou ainda mais evidente. Na esteira do projeto de desenvolvimento nacional "rápido e seguro", o governo de Médici materializou a Reforma Universitária, cumprindo o objetivo de sintonizar as universidades com as demandas do almejado "milagre" brasileiro. Ao mesmo tempo, ancorada em elementos da cultura política do regime, como o autoritarismo e o anticomunismo, sua gestão reforçou a repressão política como forma de viabilizar a modernização, expandindo o alcance da comunidade de segurança e informações para o interior das universidades. Posto isso, a partir das noções de adesão, acomodação e resistência, objetiva-se discutir como modernização e repressão se desdobraram na Universidade Federal do Espírito Santo.

Damnatio ad bestias: a morte do outro na África romana

Belchior Monteiro Lima Neto

No tocante à morte infame, o sofrimento físico e a publicidade do suplício tinham como objetivo não somente humilhar e degradar o condenado, vingando uma ofensa anteriormente praticada, mas também servia como reforço dos laços sociais, celebrando a ordem romana,

a pax e a concordia imperiais, fato especialmente evidente quando buscamos compreender a damnatio ad bestias executada nos anfiteatros, isto é, o lançamento às feras daqueles que representavam alguma ameaça à ordem pública estabelecida. Tendo em mente tais pressupostos, analisaremos a representação da damnatio ad bestias presente no chamado Mosaico dos Gladiadores na villa de Zliten, localizada nas imediações da cidade norte-africana de Lepcis. Acreditamos que o estudo desta fonte musiva nos informe acerca do modo como a aristocracia local concebia a sua posição dentro da sociedade romana, reproduzindo, em termos iconográficos, o discurso imperial que conferia às tribos seminômades adjacentes o caráter de potenciais ameaças à ordem pública citadina. Por meio do suplício do outro, do "bárbaro", dos habitante das regiões extra-muros, a elite de Leptis reafirmava o seu pertencimento à urbanistas, enquanto cidadãos de uma próspera colônia romana.

Anistia: Conceitos, Transição Brasileira e Impunidade no Tempo Presente

Brenda Soares Bernardes

Este trabalho pretende apresentar os diferentes conceitos de Anistia discutidos ao longo do século XX, observando suas semelhanças e contradições, enquanto discursos que foram apropriados por grupos antagônicos no regime civil-militar brasileiro (1964-1985). Analisando as definições de silêncio, perdão, memória e esquecimento procuramos refletir acerca da Lei de Anistia sancionada em 28 de agosto de 1979 e suas consequências no cenário nacional, caracterizando-a nesse sentido como marco jurídico da transição brasileira e referência do processo de democratização. Para além do saldo positivo buscamos ressaltar as lacunas e problemáticas no seio da nova legislatura, como o conceito de crime conexo, a reciprocidade a ele embutida e a não aceitação do perdão e do esquecimento para aqueles que torturaram e assassinaram em defesa do regime. O que vem a definir a transição brasileira como inconclusa, permeada de silêncios e impunidades, um desafio para aqueles que se propõem a escrever a História do Tempo Presente.

Trabalho Infantil no Brasil

Carlos Modanês dos Santos

A presente comunicação tem por escopo apresentar a concepção de trabalho infantil através de uma análise sob a ótica da legislação brasileira, especialistas no assunto e de órgãos nacionais e internacionais que promovem o combate ao trabalho infantil. A comunicação também tem a finalidade de apresentar o conceito de criança e adolescente adotados no Brasil, bem como, seus critérios. Com o estudo, é possível verificar que o trabalho infantil é estritamente proibido no Brasil e que as crianças que são submetidas a trabalharem, correm o risco de terem sua integridade física prejudicada, bem como, a sua vida adulta e profissional. Com a identifi-

O surgimento das propostas de autonomia entre as organizações mapuches no Chile na década de 1990

Caroline Faria Gomes

Considerando que o ano de 1997 marca um novo ciclo de mobilizações do movimento mapuche contemporâneo e que representou um rompimento com as estratégias políticas anteriormente desenvolvidas, esse trabalho pretende analisar as propostas de autonomia que surgiram nesse movimento, assim como seu desenvolvimento e desdobramentos entre os anos de 1997 e 2014. Tendo como base o estudo de organizações mapuches, pretendemos compreender o contexto de surgimento e as diferenças entre as principais propostas autonômicas. Nesse panorama usaremos o exemplo da organização mapuche Coordinadora Arauco Malleco (CAM) que teve papel protagônico no debate sobre autonomia e em diversas ações e processos fundamentais para o movimento mapuche. Para tal investigação, utilizaremos conceitos como o de identidade nacional, identidade étnica, autonomia e representação. No que diz respeito à metodologia, utilizaremos elementos da análise do discurso e do conteúdo na investigação das fontes.

A construção da memória positiva da ditadura no Espírito Santo (1964-985): o papel do empresariado

Carolina Julia Pinto dos Santos; Vitor de Angelo

Este trabalho está inserido em pesquisa mais ampla que discute a memória política institucional da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes) a respeito das políticas de desenvolvimento econômico implementadas no período da ditadura, compreendendo, os governos Arthur Gerhardt (1971-1975), Élcio Alvares (1975-1979) e Eurico Resende (1979-1983). Especificamente, o objetivo deste trabalho é compreender a construção da memória positiva a respeito do golpe e da ditadura no Espírito Santo, localizando, nesse processo, o papel do empresariado por intermédio da Findes. Os achados da pesquisa permitem afirmar que essa construção se fundamentou, em grande medida, na avaliação positiva face aos chamados Grandes Projetos Industriais. O trabalho articula discussões teóricas relacionadas à memória social, à memória institucional e à Sociologia Política. O conceito de memória aqui utilizado é o de Halbwachs (2006), para quem as memórias individual e coletiva evidenciam um fenômeno essencialmente social, visto que as lembranças individuais só existem na medida em que o sujeito está inserido em determinados grupos sociais, com os quais se relaciona e com quem estabelece relações de identidade e pertencimento. No estudo de caso sobre a Findes, busca-se compreender o uso da história institucional para consolidação de um pensamento hegemônico acerca do desenvolvimento da economia capixaba no período da ditadura. Para Lobo (1997) as empresas são parte da sociedade, e que não se pode estudá-la, portanto, sem considerar as ar-

ticulações recíprocas entre as relações sociais e as práticas empresariais. Sartori (1969) defende que os estudos de Sociologia Política devem considerar as razões políticas pela quais as pessoas e os grupos atuam da maneira que atuam, analisando a realidade política não como reflexo do social, mas como "tradução" – processo em que a Findes poderia ser considerada como ator privilegiado pelos recursos sociais, econômicos e políticos de que dispunha à época.

O conflito com a Sinagoga presente no corpus Cypriani e a importância do testemunho de Cipriano para o cristianismo no norte da África

Carolline da Silva Soares

Nosso objetivo nessa comunicação é apresentar o conflito com a Sinagoga que se encontra presente no corpus Cypriani e evidenciar a importância do testemunho de Cipriano para a constituição do cristianismo norte-africano. Cipriano foi bispo de Cartago, cidade romana no norte da África, entre os anos de 249 e 258. Nesse curto espaço de tempo o bispo produziu um grande número de obras que nos informam acerca da vida e dos problemas enfrentados pelos cristãos numa época de instabilidade no Império Romano e de crise dentro da igreja cartaginesa, uma vez que o período em que Cipriano escreveu suas obras foi marcado pelas primeiras perseguições oficiais aos cristãos, primeiramente com Décio, em 249, e, depois, com Valeriano, em 253. As obras de Cipriano nos possibilitam observar o modo como se davam os contatos, os conflitos e as negociações no espaço da cidade antiga, o que permite uma investigação do jogo das relações capilares de poder entre os cristãos e as recomendações disciplinares estabelecidas por Cipriano no âmbito de Cartago para os adeptos do cristianismo, como, por exemplo, se apartarem do espaço da Sinagoga e do convívio com judeus.

As relações entre o governo e as nomeações de capitães-mores na visão de José Teixeira de Oliveira (séc. XVII)

Cássia Lourdes Paradella

A Capitania do Espírito Santo passou por diversas fases, inclusive sem a presença do donatário, ficando a cargo do capitão-mor a responsabilidade de governar. Nos primeiros tempos, o capitão assumia todo o comando da capitania, com apoio do governo geral. Ao final do século XVII, a função toma outros contornos, passa a receber do governo geral determinações para cobrança de dívidas, relatórios, entre outros. Observa-se mudanças em relação ao tratamento dedicado aos capitães-mores pelo governo geral.

A aceitação da prostituta na sociedade medieval cristã no século XIII através da análise da Suma Teológica de Tomás de Aquino

Cícera Leyllyany F.L.F. Müller

Pretendemos nessa comunicação demonstrarmos como o discurso religioso do século XIII, debruçava seu olhar sobre a prostituição e como se dava a relação entre o discurso e a prática na sociedade medieval cristã. Ao analisarmos a Suma Teológica de Tomás de Aquino, percebemos que ela não possui uma questão específica destinada a temática do meretrício, mas com um olhar mais atento percebemos que, em várias questões, ao decorrer do documento, Aquino não deixou o ofício da carne de lado. Através da máxima do "mal necessário", a sociedade cristã medieval aceitava os serviços das prostitutas, assim como os impostos, esmolas e dízimos que elas davam, mas nunca as consideravam como partes integrantes da comunidade. Elas eram temidas, marginalizadas, representadas como seres cruéis, luxuriosos que povoavam o imaginário da sociedade medieval como um dos principais instrumentos diabo para fazer o homem cair em tentação.

Ensino de História: a fotografia como possibilidade para o processo de aprendizagem nos anos iniciais da Educação Básica

Clara Zandomenico Malverdes & Maria Alayde Alcantara Salim

Com a renovação historiográfica proposta por Bloch (2001) e seu diálogo com o ensino, busca-se nas escolas cada vez mais inovações didáticas que possam se diferenciar dos modelos tradicionais, no qual o ambiente de aprendizagem se restringe ao espaço da sala de aula, ao domínio quase que exclusivo do livro didático e a um processo educativo marcado pela centralidade do professor. Objetivando um diálogo entre a contribuição de novas fontes no processo de ensino aprendizagem e a contribuição da fotografia como ferramenta metodológica no ensino de história, buscaremos compreender o uso da fotografia no processo de ensino aprendizagem, trazendo o aluno como produtor e investigador do seu próprio conhecimento histórico. Utilizamos uma proposta metodológica inspirada por um projeto desenvolvido por uma equipe da Universidade Complutense de Madrid intitulado "Imaginando", além da realização de um grupo de discussão, questionários, observações, análise de conteúdo, entrevistas e aulas passeio com uma turma do 5º ano da rede municipal da cidade da Serra-ES. Realizaremos uma revisão de literatura sobre temas como: ensino de história e fotografia, como também faremos apropriações dos conceitos de patrimônio, cultura e tempo histórico. Mediante aos procedimentos metodológicos explicitados, e considerando o pressuposto de que a leitura da imagem permite a construção do conhecimento histórico escolar, nosso grande desafio será analisar a produção fotográfica, a organização desse conhecimento e suas estruturas cognitivas por meio de atividades pedagógicas mediadas pelo uso da imagem. Acreditamos que uma pesquisa a respeito do uso da fotografia como processo de aprendizagem na consolidação do conhecimento histórico pode contribuir significativamente numa proposta inovadora no ensino.

Campo Intelectual, Campo Político: "Campo de Poder". O Instituto Superior de Estudos

Brasileiros (ISEB) Entre Representações na Década de 1950

Cleber Ferreira dos Santos,

O ISEB alcançou rapidamente em sua primeira fase a maior repercussão nos meios intelectuais e políticos do Brasil, e mesmo da América Latina. Era a manifestação de um pensamento novo, que correlacionava criticamente à problemática brasileira com a universal no Brasil dos anos 50, convergindo as para representações do (sub) desenvolvimento como um projeto de educação. Assim sendo, o presente trabalho tem por objetivo destacar o campo político e intelectual a qual esteve inserido os isebianos históricos, apontando para rupturas dentro e fora do Instituto vivido por seus intelectuais. Assim, atentando-se para a relação entre o intelectual e a circulação de representações, buscaremos em Roger Chartier (1990, 2002, 2007) o conceito de Representações; já o conceito de Campo está em concordância com Pierre Bourdieu (1986, 2002), para assim compreendermos o modo que se formou o campo de poder entorno do ISEB.

História, memória e o ensino de história dos regimes não democráticos

Davi Elias Rangel Santos

Os historiadores do presente encontram-se desafiados a romperem as barreiras que tem dificultado os debates acadêmicos e a produção dos novos conhecimentos históricos de chegarem até as escolas. Percebe-se que nas universidades se estuda uma coisa e na educação básica outra. Como superar esse obstáculo? A consagração de conteúdos reproduzidos e retransmitidos nos bancos escolares insere-se num contexto de produção e circulação de bens simbólicos onde os sistemas de ensino sofrem com o "ritmo lento de evolução extremamente lento, paralelo a uma inércia estrutural muito forte, que caracteriza esta instituição de conservação cultural" (Bourdieu, 2007). Coube a história o dever de reforçar regras, preceitos, normas, conhecimentos que não estimulam o pensamento crítico e que não permitem a inserção dos alunos como sujeitos de um saber que deve ser pensado, discutido e reelaborado no sentido de trazer novas representações sociais no espaço escolar. A escola é o espaço onde as sociedades disputam as memórias sobre si. É um campo estratégico de poder (Bourdieu, 1992) que serve a interesses dos grupos dominantes, e que para tanto estabelecem relações de força com os demais segmentos sociais visando o controle do saber e daquilo que se deve saber. Em se tratando do estudo da História sobre períodos traumáticos, tais como regimes ditatoriais, torna-se mais delicado a inserção desses temas complexos no ambiente da sala de aula. Questões controversas, polêmicas e que refletem feridas abertas na sociedade, precisam ser tratadas pelas escolas de forma a construir um conhecimento mais real deste passado que forja o presente vivido. No caso brasileiro, a percepção de uma memória positiva sobre a ditadura militar reflete equívocos históricos que mais confundem e embaraçam o conjunto da sociedade do que o contrário. Nesse aspecto, é relevante o uso da memória para entender como as sociedades se lembram do

passado e como as identidades são construídas no decorrer do tempo.

A campanha de educação de adultos no meio rural (1950): uma missão civizadora em Itaperuna (RJ)

Deane Monteiro Vieira Costa

Este trabalho é resultado de pesquisa que teve por finalidade analisar em uma perspectiva histórica, a primeira Missão Rural de Educação de Adultos nas áreas rurais do município de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de uma ação extensiva da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Para isso, trabalhamos com alguns impressos que divulgaram os resultados dessa experiência educacional, quais sejam: "Missão rural de educação de adultos: um ensaio de educação Integral", produzido por Lourenço Filho e José Irineu Cabral, "Relatório do Serviço de Educação de Adultos para o Exercício de 1950", do Ministério da Educação e Saúde e "A experiência de Itaperuna. Uma tentativa de organização da comunidade. Contribuição para o Serviço Social Rural", do Ministério da Agricultura. Partindo das ideias de Ginzburg (2002), é possível questionar um impresso e compreendê-lo mais do que mediador do discurso, pois as linhas, as entrelinhas e os aspectos que estão para além dele, nos oferecem "o que está fora do texto". Também, recorremos ao conceito de processo civilizador de Norbert Elias, para compreender o vínculo entre educação e civilização pelo qual a Missão rural se guiou. Essas fontes nos dão a ver que tal experiência, iniciada em 1950, teve como objetivo principal indicar no plano nacional, diretrizes técnicas de processos educativos e assistenciais visando à melhoria das condições de vida econômica e social das comunidades rurais, e também apoiar os centros de treinamento destinados aos professores leigos, para a preparação de filhos de agricultores. Dotada de sentido normativo, essa perspectiva educativa contava com um projeto civilizador, que abrandava costumes, com vistas a interagir com os hábitos sociais existentes e recomendados.

Planejamento e industrialização no Espírito Santo: o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Codec)

Diones Augusto Ribeiro

A comunicação visa compreender a importância do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Codec) para as políticas públicas destinadas à modernização do Espírito Santo através do planejamento, fomento de estudos de natureza técnica e da industrialização. O Conselho foi o lócus onde partes das propostas destinadas ao desenvolvimento capitalista capixaba foram pensadas por empresários, políticos, técnicos, entre outros, com o propósito de modernizar a economia capixaba por meio da industrialização e de incentivos à diversas atividades tradicionais locais, principalmente aquelas ligadas à agricultura. As mu-

danças políticas, econômicas e sociais pensadas visavam adequar, em longo prazo, a economia local ao capitalismo brasileiro e internacional mediante técnicas refinadas de planejamento, cuja entrada no estado remonta ao governo Jones dos Santos Neves (1951-1955), incrementadas posteriormente quando da criação do Codec por Carlos Fernando Monteiro Lindenberg (1959-1961).

História e memória em Jardim da Penha: Entre os lugares de memória e o seu esquecimento

Douglas Edward Furness Grandson; Maria Cristina Smith Menandro & Priscila Silva de Oliveira

Este estudo versa sobre o bairro Jardim da Penha (Vitória, ES) e tem a intenção de analisar a memória social local. A partir das reflexões de Pierre Nora sobre lugares de memória, pretende-se identificar a forma como os moradores de Jardim da Penha construíram a sua mediação entre o presente e o passado. Utilizando os conceitos de memória política e de política da memória de Mario Chagas é possível avançar na observação da construção de uma memória política por parte dos moradores, assim como a existência ou não de uma política da memória. Para tanto, utiliza-se a análise do discurso nos livros de tombo da Igreja, documentos da Associação de Moradores e jornais da época. Também constitui uma parte do corpus documental entrevistas realizadas com moradores do bairro, lideranças eclesiásticas e comunitárias e lideranças leigas membros da Igreja Católica. Isso tudo é analisado sem perder de vista a inserção deste bairro em um processo de industrialização acelerado de Vitória. Momento que marcou as relações entre os moradores de Jardim da Penha assim como destes com a cidade.

A colonização do Norte do Espírito Santo e os movimentos migratórios (1888 - 1962)

Edmilton da Silva

O Norte do Espírito Santo permaneceu isolado do restante do Estado até pelo menos 1928 quando foi inaugurada a ponte sobre o Rio Roce em Colatina. Contudo, a presença de imigrantes europeus na região remonta ao final do século XIX quando os primeiros imigrantes chegaram a São Mateus. O Norte capixaba, em particular, nas primeiras décadas do século XX, além de descendentes de italiano e de alemães vindos do Sul do Estado, recebeu ainda mineiros, em maior número, baianos e cariocas formando um quadro social heterogêneo e conflituoso, em torno da questão da posse, da propriedade e do uso da terra, em especial, no seu extremo Noroeste. Aliás, essa microrregião viu sua população saltar de pouco menos de 70 mil habitantes na década de 1940 para quase 400 mil na década de 1960. Um aumento de quase seis vezes em apenas 20 anos. Situação que só começou a mudar a partir de 1962, quando se iniciou a erradicação dos cafezais em solo capixaba.

art Mill (1866)

Eduardo Teixeira Gomes

Este trabalho analisa pontos fundamentais na concepção de John Stuart Mill sobre o governo representativo objetivando alcançar uma maneira de fazer a igualdade e a liberdade coexistirem de modo harmonioso no regime democrático. Para Stuart Mill a democracia consistiria num processo histórico direcionado à efetivação da igualdade de condições, o que, porém, poderia levar à supressão da liberdade individual. A proteção das liberdades individuais constituía-se assim a consideração de maior relevância, motivando suas reflexões a respeito do regime político democrático e cujos ecos ressoam mais de um século e meio depois de sua formulação. Analisa-se, nesse contexto, a obra "O Governo Representativo" (1861) de Stuart Mill onde se propõe a construção de uma doutrina política capaz de transcender o interesse partidário e pessoal, visando promover o progresso da existência comum na sociedade. Stuart Mill qualifica como verdadeira a democracia na qual todos indivíduos e grupos encontram expressão política, não se resumindo a questão ao mero controle do poder. As categorias populares devem participar na sua própria emancipação e não serem apenas guiadas uma vanguarda governante. Tal situação envolveria a participação direta, contínua e crítica do povo, de modo que o empenho individual proporcionasse melhorias positivas e duráveis nas condições materiais de vida, sob a promoção governamental de ações educativas voltadas a aprimorar as práticas democráticas. Mill denuncia ameaças flagrantes à democracia saudável, a saber: o egoísmo, as ameaças à liberdade, o exercício inapropriado das funções públicas, os interesses contrários ao bem-estar da comunidade, a apatia geral em relação à política, a corrupção endêmica, a "tirania da maioria" ou qualquer tipo de "tirania da minoria". Stuart Mill ressalta ser o governo representativo um arranjo de governo fulcral para promoção do desenvolvimento humano autônomo com foco na formação de um Estado sob o controle efetivo da sociedade.

Pluralidade jurídica: o fator jurídico no processo histórico de construção das sociedades

Eliza Martins & Misma Martins

Diversos conflitos sociais necessitam de resoluções e intervenções que, por vezes, a participação do Estado não é suficiente. O Direito positivado não é o único na sociedade, dado aos processos históricos peculiares destes territórios, seja por insuficiência de ação, seja por ausência de identidade, seja por construção de uma sociedade juridicamente plural. O fator jurídico desenvolve-se a medida do crescimento e necessidades de cada grupo através da história, caracterizando sua cultura e seu território, objetivando resolver e/ou evitar conflitos desconhecidos ou ignorados pelo Direito estatal. De acordo com Boaventura de Souza Santos, há o surgimento de um Direito que se manifesta em momentos de oposição, como também, em interação com o Direito Estatal. Positivamente, esse Direito plural ou paraestatal promove o

atendimento de necessidades sociais em face de peculiaridades de determinas comunidades. Enquanto o Direito Estatal age de maneira racional e impessoal, o Direito Plural demanda com pessoalidade e cordialidade, sendo adaptados em cada comunidade. Cada corpo social desenvolve um Direito próprio que sustenta o poder e o controle, atendendo suas demandas, além de desenvolver serviços que auxiliam seu funcionamento. À vista disto, a presente pesquisa pretende trabalhar de maneira empírica, buscando coletar dados, perspectivas e conceitos nesses território por meio de participação observadora, apoiando-se na obra de Boaventura de Souza Santos, O Direito dos Oprimidos que empenha-se na descrição dos processos de construção das teorias filosóficas e sociológicas do Estado, apresentando as estimativas teóricas que compõem seu tema e as justificativas de sua escolha na metodologia, na qual, a retórica do direito de Pasárgada, relaciona-se às condições de desigualdades sociais em que viviam os moradores da favela, que também busca um ordenamento na convivência.

Arqueologia e História da cidade romana tardo antiga: as villae rusticae de Antioquia de Orontes

Erica Christina Morais da Silva

As villae rusticae se constituem em uma importante estrutura, parte da cidade romana antiga. Na região do Levante, as vilas estão próximas aos núcleos urbanos como é o caso das vilas de Antioquia de Orontes locadas nos seus arredores ou nos subúrbios de Dafne (GRAF, 2001, p. 228). Na presente comunicação, buscaremos refletir sobre a produção acadêmica disponível, produzida por arqueólogos e historiadores, sobre o tema das vilas rurais de Antioquia de Orontes. Inicialmente, é possível observar que os estudos sobre a zona rural antioquena não são abundantes embora haja um manancial rico e significativo de documentos, entre cultura material e fontes escritas (Libânio de Antioquia, Declamationes, Description 2 4; Oratio, XXX; LEVI, 1974; CAMPBEL, 1988; CIMOK, 2000). Além disso, há uma ausência de estudos que abordem este tema sob a perspectiva da Nova História Política e Cultural, razão pela qual propomos pesquisar este tema no âmbito de um projeto específico de pesquisa. Primeiro, para reparar uma lacuna na historiografia, segundo, porque a existência de uma significativa quantidade de estudos sobre o núcleo urbano da cidade romana tardo antiga em detrimento de estudos sobre o espaço rural pode produzir uma compreensão equivocada da relação campo/cidade (cidade como sinônimo de centro urbano) e da importância do espaço rural no contexto da Antiguidade Tardia.

Auschwitz e Treblinka: o cotidiano da morte nos campos de concentração e extermínio sob domínio Nazista

Evelyn Reis Bergamim

A partir da tomada do poder por Hitler, com o estabelecimento da ditadura do partido nazista, com o controle de diversos setores dentro da política alemã e sendo a suprema autoridade judicial, uma série de leis e ações antissemitas foram gradativamente impostas aos judeus. Em 1933 iniciou-se o funcionamento dos campos de concentração, um dos principais símbolos da violência perpetrada pelos nazistas, que aos poucos se tornaram um mundo à parte por meio do desenvolvimento de regras, privação de individualidade das vítimas, sistematização administrativa, da vida e da morte. Estes campos sofriam alterações e aperfeiçoamentos em sua estrutura física e organizacional em acordo com as necessidades, marcados principalmente pela transição da Solução Territorial para a Solução Final, o genocídio, que os transformou e ergueu os campos de extermínio. Este artigo tem como objetivo apresentar alguns elementos do funcionamento e cotidiano em dois dos campos de concentração e extermínio, Auschwitz e Treblinka, a partir dos testemunhos de sobreviventes do Holocausto.

A cartografia como fonte primária da História do Espírito Santo

Fabio Paiva Reis

Diante das dificuldades encontradas por pesquisadores para estudar a História do Espírito Santo, proponho, em minha comunicação, o estudo de fontes cartográficas, mapas do período colonial do Espírito Santo, a partir dos quais pode ser escrita uma história com um ponto de vista inovador para a historiografia capixaba. Para isso, utilizo os trabalhos de John Brian Harley, cujos métodos de análise permitem estudar esses mapas da mesma forma como utilizamos documentos textuais para o estudo da História. Harley parte do princípio de que, para qualquer análise histórica de um mapa, é preciso utilizar os três níveis que Erwin Panofsky identificou para encontrar o Significado nas Artes Visuais: o tema primário (natural), o tema secundário (convencional) e o significado intrínseco (conteúdo). Meu ponto de partida, tomando todos os cuidados para analisar mapas do Espírito Santo colonial, é a ideia de que a cartografia moderna atuava como fonte e demonstração de poder para as Cortes europeias, uma tendência que cresceu no século XVI. Esse posicionamento é essencial para a compreensão da cartografia da América portuguesa, altamente controlada pela Coroa e a nobreza. Os mapas coloniais europeus são considerados os melhores exemplos do poder intrínseco dos mapas e é possível perceber isso nos mapas da Capitania do Espírito Santo. Através dos três níveis de interpretação propostos por Panofsky e adaptados por Harley, espero demonstrar um caminho para a utilização da cartografia histórica como fonte primária da História do Espírito Santo, e através do projeto Spirito Sancto (http://spiritosancto.org), facilitar o acesso a esses documentos, permitindo que novos estudos sejam desenvolvidos na área.

A influência da globalização sobre o estado na legitimação da música brasileira

Fabio Rodrigues

O presente artigo tem o objetivo de discutir a influência da globalização sobre estado na legitimação da música brasileira, dentro de uma perspectiva da sociologia cultural. A análise do artigo tem como referência a discussão dos processos assimétricos na produção cultural, seus agentes sociais e suas relações entre autores, produtores, mercado, público consumidor e indústria cultural - juntamente com o projeto de nação para legitimar o conceito do que é cultura. Através da sociologia da cultura e seus teóricos, busca-se compreender como se dá a construção social dos gostos, seus representantes legitimados dentro do campo artístico e, consequentemente, o valor distintivo das suas produções e como resultado, seu projeto de nação e suas distinções entre as classes sociais e formas de consumo. A discussão faz uma análise sobre a indústria fonográfica brasileira e o valor de seus "bens culturais" considerando toda a relação do capital financeiro e sua dimensão simbólica para legitimar uma identidade cultural através da música. A construção de uma cultura é sem duvida grande responsável para legitimar a ideologia de um projeto de nação. Nesse ponto, segundo CROSSMAN (1980), "Democracia, Fascismo e Comunismo estão relacionados entre si, no que diz respeito as suas influências culturais e consequentemente ideológicas". Vale salientar que a própria distinção do autor entre "Democracia, Fascismo e Comunismo" também é uma construção cultural e ideológica. Sendo assim, tanto o teatro, o cinema, a música, a literatura, são "instrumentos" que podem ser construídos como "bens culturais" para legitimar um determinado projeto de nação de acordo com a necessidade do seu contexto histórico.

Quartel do Moscoso: uma história de sessenta e um anos

Fabrício André de Oliveira

O Estado Brasileiro formado pela União, Estados Membros e Municípios, ao longo da sua história e desde os tempos remotos tem formado iniciativas para a melhoria da segurança pública, com ênfase no policiamento preventivo, buscando assim seu aprimoramento com a inserção de novos modelos de gestão e por meio de tecnologias atuais, bem como de melhoria de sua estrutura física com a finalidade de subsidiar com eficiência a atuação do policiamento ostensivo como um todo. Deste feito, questiona-se a relevância da história do primeiro quartel exclusivo da Polícia Militar do Espírito Santo e suas interfaces históricas para a situação atual que se encontra a Polícia Militar Estadual, em sua missão perante a sociedade capixaba. Assim o objetivo deste artigo é retratar a história de fundação e relevância do Quartel do Moscoso, para o Estado do Espírito Santo, por conseguinte a atual segurança pública como um todo.

Educação em Direitos Humanos: a construção de uma práxis educativa

Fernanda Fachetti Horta

A pesquisa aborda a temática da educação em Direitos Humanos que tem por objetivo

proporcionar à comunidade acadêmica uma formação cidadã modificando a forma de ver a escola e seus alunos, juntando esforços numa construção coletiva de pensamentos e ações que transformem a cada um dos envolvidos. Somente com práxis libertadoras e transformadoras é que a escola poderá culminar nesse espaço de cultura. Não se pode olvidar da contribuição indispensável do Estado para que inovações sejam realizadas nas práticas cotidianas no ambiente escolar.

A redução da maioriade penal na mídia e a memória parlamentar

Filipe Chicarino

O trabalho visa compreender de que forma os assuntos relacionados à redução da maioridade penal foram tratados por parte da mídia impressa e sua influência política na memória coletiva dos deputados federais que aprovaram em junho de 2015, em comissão especial da Câmara, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/1993, cujo objetivo é reduzir a maioridade penal de 18 para 16 anos em casos de crimes hediondos. Para tanto, tomou-se como referência as publicações dos dois maiores jornais do país, O Globo e Folha de São Paulo, dentro do recorte temporal de março a agosto de 2015, utilizando-se da metodologia da análise de conteúdo. Esse recorte se justifica pela própria tramitação do projeto: aprovado na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados no final de março de 2015; em seguida, na comissão especial, em junho; e, por fim, em dois turnos no plenário da Casa, em agosto. Complementarmente, buscou-se, por meio de aplicação de questionário junto aos integrantes da comissão especial, compreender o posicionamento dos deputados federais em relação à mídia e a influência da narrativa jornalística nas decisões e nos debates parlamentares. Como suporte teórico, o trabalho discute conceitos de memória e a influência da mídia na formação e atualização das memórias coletiva e nacional. Debate, ainda, a construção das notícias e o agendamento e enquadramento desempenhado pelos meios de comunicação de massa. Por fim, aborda a PEC 171/1993, sua tramitação na Câmara e os bastidores da comissão especial, que tinha, em sua maioria, parlamentares da Frente Parlamentar de Segurança Pública – a chamada Bancada da Bala, cuja proposta prioritária era justamente a redução da maioridade penal.

Sobre a origem e função precípua do governo na concepção dos contratualistas, David Hume e Adam Smith

Flávio dos Santos Oliveira

O artigo expõe a trajetória do pensamento liberal, dando especial destaque à polêmica envolvendo Thomas Hobbes, John Locke, David Hume e Adam Smith quanto ao problema da origem, legitimidade e função precípua do governo. Intentar-se-á mostrar que o liberalismo se

desenvolveu em circunstâncias históricas em que a questão em voga consistia em responder aos problemas inerentes à liberdade política e sua relação com o crescimento econômico, propondo-se um modelo de Estado alternativo ao Absolutismo.

Indígenas na Capitania do Espírito Santo: representação e resistência dos nativos frente aos homens globais

Gabriel Angra Ghidetti

A discussão sobre a inserção do Espírito Santo no debate historiográfico a respeito dos domínios do Império Português Ultramarino no alvorecer da modernidade precisa incluir o problema referente ao trato dos indígenas nas áreas do litoral brasileiro nos séculos XVI e XVII. Esse trabalho visa dar esclarecimentos sobre a reação e a representação do aborígene ocorrida na Capitania do Espírito Santo, entendendo-as como manifestações de mestiçagem e resistência num contexto global de contato europeu com outros continentes. Queremos demonstrar como os índios viventes nos limites da capitania estavam incluídos nas experiências portuguesas de ultramar considerando que sua reação como agente histórico pouco foi estudada durante o século passado se comparada às análises feitas sobre as outras capitanias vizinhas. Esse objetivo, contudo, só é possível a partir dos testemunhos deixados pelos próprios europeus, grande parte pelos inacianos da Companhia de Jesus, mas podendo contar com outros documentos oficiais, relatos e correspondências de personagens fora do mundo eclesiástico. Assim, a dita inserção precisa lembrar que a mesma envolve os indígenas, os fenômenos e os problemas que decorriam da dependência europeia em relação às populações autóctones.

"Trabalha como se tudo dependesse de ti e confia como se tudo dependesse de Deus": poder e fé na conquista da Terra de Santa Cruz

Francis Rasseli dos Santos

Na Baixa Idade Média, as concepções de Poder e Governo na península itálica começaram a ser repensadas com o redescobrimento dos Clássicos da Antiguidade em harmonia com a tradição cristã. Francesco Petrarca (1304-1374), considerado o Pai do Humanismo, conciliou com maestria a cultura clássica latina, a fidelidade cristã e o amor pela pátria. Podemos ver no Reino de Portugal do século XVI o florescimento do Humanismo Petrarquista (base da lírica camoniana), contudo, é a convergência da cultura judaica e cristã que transforma Lisboa, na época das Grandes Navegações, numa verdadeira pedra de esquina da cristandade. Nessa apresentação, queremos explorar dois fenômenos sociais que motivaram os franciscanos e jesuítas envolvidos no processo de conquista da Terra de Santa Cruz: o Messianismo e o Milenarismo.

Era Vargas: A cultura popular e a legitimação da identidade nacional

Gabriela Loureiro Barcelos

Durante o século XIX, se fortalecem processos de constituições dos Estados Modernos, para isso era necessário trazer à tona elementos formadores, para além de suas fronteiras espaciais, construindo uma narrativa de passado comum e homogêneo, a fim de produzir o ideal nacional. Essa comunicação almeja trazer em discussão o resgate de elementos formadores da nação durante a Era Vargas.

Retratos de família: escravidão e liberdade nas terras do Espírito Santo na segunda metade do século XIX

Geisa Lourenço Ribeiro

O que acontece com os ex-escravos após alcançar a liberdade? Abandonam a região onde foram escravizados para fugir do poder e influência do antigo senhor e/ou do lugar para evitar memórias que desejam esquecer? Sem dúvida, essa pode ter sido uma alternativa, tanto dentro do período anterior à abolição, quanto posterior a 1888. No entanto, antes de concordar-se tão rapidamente com tais possibilidades é necessário recordar que muitos dos recém libertos estavam envolvidos em antigos laços familiares que não se desfizeram com seu novo estatuto jurídico. Laços sanguíneos e afetivos são indícios importantes da história construída por aqueles homens e mulheres que enfrentaram o cativeiro no Brasil e de suas redes de solidariedade que não foram rompidas nem mesmo pela liberdade. Diante disso, serão compartilhados alguns casos encontrados em inventários post-mortem e testamentos produzidos na segunda metade do século XIX na região cafeeira do sul do Espírito Santo na tentativa de refletir sobre os elementos que podem ter influenciado suas escolhas, isto é, que foram importantes na (re) construção da vida após alcançar a liberdade.

Conflito urbano e violência em Alexandria no século IV: ação imperial de Constâncio II e a reação nicena à nomeação do bispo ariano Jorge de Capadócia

Giovanna Entringer

O arianismo pode ser caracterizado como um conflito urbano no qual arianos e nicenos disputam além da legitimidade do dogma, as principais sés do império. Isso pode ser explicado pela importância do desenvolvimento das cidades não só para o cristianismo, mas principalmente para a administração romana. A cidade era a célula do sistema imperial romano, tanto no plano político quanto no econômico, social, cultural e religioso. Nosso trabalho visa analisar como a disputa teológica torna-se violenta na medida em que a política imperial de Constâncio interfere na Igreja de Alexandria por meio de intervenções militares, de deposições e punições

àqueles que se opunham às determinações imperiais. A violência na comunidade de Alexandria é denunciada na Apologia ao imperador Constâncio e na apologia de sua fuga, escrita por Atanásio por ocasião da posse de Jorge da Capadócia como bispo de Alexandria. As investidas contra a população provocaram reações de resistência e protestos. O envolvimento de grande parte da população de Alexandria como clérigos, bispos, monges, viúvas, mulheres consagradas e fiéis não são somente partidários do credo niceno, também os que apoiam as ações de Constâncio favor dos bispos arianos nos auxiliam na compreensão da dimensão da querela em torno da divindade de Cristo alcançou em uma das cidades mais importantes do império, Alexandria.

Narrativas e representações históricas: o humor político nas charges de Henfil

Giovanna Carrozzino Werneck & Priscila de Souza Chisté Leite

Este trabalho tem como proposta analisar como as charges produzidas pelo cartunista Henfil durante a ditadura militar de 1964 podem produzir sentidos e narrativas que representam o cotidiano da época. Inicia-se com análise discursiva e histórica das charges que, tendo o traço como texto, produzem enunciações sobre o real por meio de narrativas e imagens que delineiam representações, designando um lugar e memória coletivos, espécie de matriz espaço-temporal de onde várias histórias se contam e se ressignificam. Em seguida, é apresentado o contexto de produção das charges de Henfil, as quais exteriorizam o engajamento, a contestação política e a crítica aos costumes, através da ironia, da carnavalização e do humor político, que desestruturavam a ordem vigente e levavam o leitor a produzir outros sentidos para a realidade. A partir de pesquisa bibliográfica dialoga-se com autores que voltam seu olhar para a produção de Henfil, como Pires (2007), Malta (2008), Souza (1985) e Moraes (1996). Para análise das charges como forma de narrar e representar a história e uma memória coletiva valendo-se do humor politicamente engajado, da ironia e da carnavalização, interagimos com Halbwachs (2006), Brait (2004), Bakhtin (1993, 1998) e Travaglia (1990). Tais autores nos ajudam a pensar que as charges de Henfil e suas narrativas possibilitam a compreensão do imaginário de uma época ao olhar para o passado não como uma instância imóvel que admite apenas um sentido, pois se encontra em movimento dialético com as condições alteradas do presente, lugar autônomo de permanente reavaliação.

Em busca de identidades: crianças brasileiras no Japão

Gisele Silva Prado

O presente trabalho investigou como se desenvolvem, em contexto escolar, a socialização e a formação da identidade em crianças brasileiras residentes no Japão, estudantes do Ensino Fundamental I, bem como sua inserção na sociedade em que vivem. O interesse por este tema

deu-se em razão do confronto com a realidade desse público durante 14 anos de residência naquele país. Segundo o Ministério das Relações Exteriores no Brasil, a segunda maior comunidade brasileira no exterior, com o número de mais de 175 mil residentes (2015), encontra-se no Japão. Diante de uma comunidade tão expressiva e recorrentes dificuldade de socialização, é necessário observar como se desenvolvem as relações entre as crianças brasileiras imigrantes, filhas de imigrantes nascidas e residentes no Japão e a sociedade em que vivem, as barreiras que dificultam o processo de socialização e a inserção nesta comunidade.

Sindicatos nos portos do Espírito Santo: dentre o surgimento e a caminhanda

Gracineide Maria De Souza

O objetivo deste estudo é de apresentar a relação de trabalho nos portos capixabas, o processo de organização das categorias sindicais dos Trabalhadores Portuários Avulsos (TPAs) até a institucionalização do Órgão Gestor de Mão-de-Obra no Espírito Santo (OGMO-ES); órgão responsável por administrar as atividades desenvolvidas pelos TPAs. O OGMO é resultado da promulgação da Lei 8.630/93, de 25 de fevereiro de 1993, conhecida como Lei de Modernização dos Portos. Influenciou diversos segmentos produtivos do país, inclusive as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores na área marítima. Lei determinou a institucionalização dos Órgãos Gestores de Mão-de-Obra (OGMO's) em todos os portos do território brasileiro. A metodologia utilizada para obtenção das informações sobre a atuação dos sindicatos frente as mudanças ocorridas pela Lei 8.630/93, deu-se por intermédio de entrevistas estruturadas direcionada a alguns líderes dos sindicatos (o diretor do sindicato da Estiva, do sindicato dos arrumadores e o dos Conferentes) portuários no Espírito Santo. Como arcabouço teórico foi utilizada bibliografia especializada e estudos de caso que referenciam o tema, bem como o emprego da história dos sindicatos portuários. A partir da pesquisa, foi possível compreender com mais clareza como o estabelecimento dos sindicatos portuários e os motivos que levaram os mesmos manterem fortes, mesmo após a perda de algumas atribuições exercidas antes da implantação do OGMO. Notou-se que a forma ideal para manter uma categoria forte diante das mudanças nas frentes de trabalho, ainda é por meio dos sindicatos, instituição capaz de defender os direitos da classe trabalhadora.

Sobre passados que não passam: a justiça de transição em perspectiva histórica

Guilherme Gouvêa Soares Torres

A história do século XX foi marcada pela emergência de regimes autoritários e totalitários, cujas marcas são evidentes na construção das democracias contemporâneas. Nesse sentido, o presente trabalho visa discutir a questão da justiça de transição em um panorama histórico, tendo por base a literatura existente sobre o tema. Darei destaque ao caso brasileiro, sobre

o qual é fundamental questionar se realmente houve uma justiça de transição e de que forma esse processo influenciou o cenário político atual. Acredito que tais leituras são fundamentais para a compreensão e a escrita da chamada História do Tempo Presente.

Rumo a um movimento trabalhista: PCB em busca da consciência de classe através do Folha Capixaba

Igor Dutra Baptista

Esta comunicação versará sobre as estratégias do Partido Comunista do Brasil, no recorte de 1954 a 1961, utilizadas em seu jornal no Espírito Santo, o Folha Capixaba, onde o utilizava como meio de se comunicar com a classe trabalhadora e com a população, expressando assim suas intenções e planos através de notícias e a veiculação de informações. Em específico trataremos desse diálogo do partido através do jornal para com a classe dos trabalhadores em carris na Grande Vitória, que eram trabalhadores da Companhia Central Brasileira de Força e Energia (CCBFE) e que durante o período em questão travaram várias lutas sobre as posturas da empresa e do Estado e em busca de seus direitos. Visto isso, essa comunicação propõe analisar essa relação de PCB, jornal e classe trabalhadora, no que condiz ao esforço feito pelo PCB para a classe trabalhadora, elementos que favorecessem o início de uma consciência de classe para que posterior a isso houvesse o inicio de um movimento trabalhista na área. Para tal pensaremos consciência de classe de acordo com Thompson tratada em seu livro publicado em 1987, para assim compreendermos melhor o que se tinha interesse em provocar dentro da classe, dentro de seu momento histórico. Para iluminar a discussão sobre os planos do partido utilizaremos as ideias de Adam Przeworski (1989), que baseará a discussão no que se refere a liderança política partidária e a importância para uma organização da classe.

Produção intelectual e a cultura da utilidade: o perfil dos escritos nas Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1789-1815

Igor Endlich Dourado

Este artigo propõe explicar a mudança do pensamento português após a Revolução Cientifica e a Ilustração, assim como analisar, dentro das Memórias Econômicas da Academia Real de Sciencias de Lisboa, a valorização de um saber de caráter utilitário, voltado à produção de memórias que contribuiriam para a evolução econômica de Portugal e suas colônias. Buscaremos mapear dentro das memórias citadas os principais assuntos e contextualizá-los com as noções de economia política presentes na Europa do fim do século XVIII e início do XIX.

"Ai Deus, ai Deus, como é grande a perfídia dos judeus": análise dos mitos antijudaicos a partir da leitura das cantigas de Santa Maria

Ingrid Alves Pereira

Neste artigo, pretendemos analisar um aspecto bastante recorrente da literatura medieval quando se trata dos judeus, a profanação de imagens e crucifixos. As Cantigas de Santa Maria, como parte de uma literatura cristã medieval, contêm 11 poemas em que os judeus são representados de forma caricaturada e geralmente desempenhando um papel marginal. São vários os exemplos citados nas Cantigas representando essa parcela da sociedade negativamente. Nesta obra, encontramos uma projeção dos mitos antijudaicos que contribuíram para forjar o imaginário cristão dos judeus em seus aspectos mais negativos.

Espírito Santo (1930-1943): populismo ou hegemonia oligárquica?

Jefferson Ferreira Alvarenga

Em geral, alguns estudiosos brasileiros concordam que o populismo no Brasil teria nascido durante a década de 1930. O momento principal para tal acontecimento foi a própria revolução de 1930, que levou novos atores políticos a direção do Estado. Assim, as transformações decorrentes desde 1930 implicaram também em mudanças estruturais do Estado, criando desse modo um Estado de massas, no qual as classes médias urbanas fariam parte do novo pacto político. Neste artigo, procuramos entender uma realidade peculiar, ou seja, o estado do Espírito Santo, portanto tentamos entender se esta realidade também foi afetada pelas transformações posteriores a 1930. Portanto, procuramos delinear os principais acontecimentos históricos no estado do Espírito Santo, entre 1930 a 1943, visando, sobretudo, esclarecer acerca da presença ou não do populismo na política local, nos fundamentando em uma memória historiográfica.

Reflexões metodológicas acerca da trajetória individual de Jean Anthelme Brillat Savarin (1755-1826)

Jeterson da Silva Loss

O início do século XIX na França suscitou o surgimento do moderno discurso gastronômico expressado por uma literatura específica voltada para o debate estético e do bom gosto. Desapegada da literatura culinária como "obra do chef", esse moderno discurso se afastou dos discursos dietéticos, que antes influenciavam majoritariamente as práticas alimentares, e se aproximou sobre os debates que envolviam o prazer, a etiqueta e o decoro gastronômico, transformando a Gastronomia num campo intelectual autônomo, possuidor de suas próprias regras e interesses. Jean Anthelme Brillat-Savarin (1755-1826), advogado e gourmand francês, fora um dos responsáveis por essa transformação com a publicação da obra A Fisiologia do Gosto em 1826, pouco antes de falecer. Seus escritos trazem uma ampla discussão e crítica gastronômica, envolvendo a química, fisiologia, medicina, hedonismo, política e o cotidiano humano,

sendo grande influenciador de obras póstumas. Pretendemos com essa comunicação apresentar as reflexões metodológicas referentes à nossa pesquisa de Mestrado junto ao PPGHIS-UFES intitulada "Jean Anthelme Brillat-Savarin e a ciência de saber viver: política, hedonismo e gastronomia, França (1755-1826)", voltada para trajetória de Brillat-Savarin e suas contribuições para o "processo de autonomização" (BOURDIEU, 2007, p. 101) do campo da Gastronomia. Considerada a importância do autor para esse processo, nossa metodologia apoia-se em novas abordagens biográficas levantadas por Sabina Loriga e Giovanni Levi em busca das particularidades e facetas de Brillat-Savarin ligadas ao hedonismo e a sua carreira política, rejeitando, assim, a perspectiva tradicional ligada a narrativas lineares tradicionais fundadas em acontecimentos sucessivos. Ademais, levamos em conta que o nosso personagem e suas particularidades formaram-se através de suas redes de relações sociais e intelectuais. Para a compreensão dessas redes e suas influências na trajetória de Brillat-Savarin, interessa-nos apresentar as abordagens interpretativas do sociólogo Pierre Bourdieu sobre o conceito de habitus e campo.

História, cinema e religião: representação cinematográfica de Jesus entre 1905 e 1927

João Carlos Furlani

Personagens históricas que possuem repercussão por séculos ou milênios e que persistem como poderosos lugares de memória não são tão comuns assim, mas eles existem. Esse é o caso de Jesus de Nazaré que, mesmo não tendo deixado nada escrito, assim como o filósofo grego Sócrates ou Sidarta Gautama, também conhecido como Buda, é conhecido e reverenciado até os dias atuais, seja por meio de livros, sermões religiosos ou produções fílmicas. Falar sobre a pessoa de Jesus não é o mesmo que falar sobre fé e religião. É claro que uma coisa pode envolver a outra, mas ambas podem ser enxergadas de maneiras distintas, o que possibilita o desenvolvimento de distintas representações sobre a mesma figura. Tendo isso em mente, temos como objetivo analisar de maneira sucinta algumas obras cinematográficas produzidas na primeira metade do século XX a respeito da figura de Jesus, com foco, sobretudo, nas características e representações do nazareno.

O uso do diabo como estratégia discursiva na Idade Média

Joana Scherrer Carniel

No espaço desta comunicação, pretendemos discorrer acerca do discurso medieval sobre do Diabo, atuando como figura antagonista da imagem de Deus e do homem, utilizado no controle social dos cristãos. Através de seu discurso religioso, a Igreja interferia na sociedade e no contexto medieval, em que o Diabo ganhou um papel relevante. Fora o responsabilizado por todos os males daquele período – guerras, fome e peste – cabendo a Igreja possibilitar o acesso à salvação. Contudo, para enfatizar a necessidade de salvação, a Igreja outorgou ao Diabo, a

partir dos tratados teológicos, vastos poderes. Ele era Lúcifer, o grande anjo caído que passará a ser o soberano do Inferno e que subia a Terra para fazer o mal aos homens e levá-los a prática de atos pecaminosos. Presente de forma cada vez mais acentuada nas pregações do clero, ele era o contraponto necessário para o desenvolvimento das noções de pecado e para explicar o mal dissociado da figura de Deus. Sua utilização correspondeu a um instrumento indispensável para reunião dos homens medievais em torno de um inimigo que concentrou todas as manifestações do negativo e ajudou na afirmação do poder da Igreja Católica.

O Macaco Brasileiro e a difusão impressa da linguagem liberal patriótica no processo de Independência do Brasil

Jorge Vinícius Monteiro Vianna

Os processos de emancipação política do Brasil e de formação e estruturação do Estado brasileiro não representam um fenômeno histórico único, porém não podem ser entendidos de forma extremamente autônomas, uma vez que a Independência do Brasil e o Primeiro Reinado constituíram momento histórico fulcral no que tange às primeiras experiências políticas e civis do recém-criado e pensada nação brasileira, ao mesmo tempo em que os conflitos e interesses sociopolíticos existentes no processo de desenvolvimento da autonomia política do Brasil marcaram profundamente a pauta e a demanda política estruturada por toda a década de 1820. Nesse contexto, o debate político existente materializou-se em uma busca dos próprios sujeitos históricos de entendimento do seu tempo, o que fez com que determinadas linguagens políticas ganhassem significativa força e destaque nos crescentes espaços públicos de discussão política. O processo de Independência do Brasil deixou como legado um conjunto de documentos impressos que revelam as diferentes formas com que indivíduos e grupos imaginavam uma nação brasileira ideal. Para além da possibilidade de ruptura ou de estreitamento dos laços entre Brasil e Portugal, os escritos políticos deste complexo processo histórico são capazes de nos revelar uma gama de divergências políticas, apresentadas por meio de um amplo e rico vocabulário político no qual a historiografia da Independência ainda precisa destinar mais atenção. A proposta de comunicação é analisar as características que nortearam, por intermédio da perspectiva contextualista da Escola de Cambridge, a linguagem liberal patriótica difundida pelo efêmero periódico O Macaco Brasileiro, jornal que circulou nas ruas do Rio de Janeiro, em meados de 1822, tendo como principal objetivo a defesa do que denominava direitos dos cidadãos brasileiros.

Morte de escravos durante a passagem do cholera morbus pela província do Espírito Santo, entre 1855/1856: uma constatação sinóptica

José Mauriene Araújo Felipe

Neste estudo, envidam-se esforços orientados para a constatação de que a população formada por escravos foi a mais vitimada ou uma daquelas que mais adoeceu e faleceu quando da passagem do cholera morbus pela Província do Espírito Santo, no período compreendido entre 1855 e 1856. Por se tratar de um objeto de estudo ainda não pesquisado na academia espírito-santense, recorre-se a estratégias metodológicas tendo-se como finalidade a produção de um trabalho sinóptico que possibilite a constatação de que, a exemplo do ocorrido em outras províncias do Brasil Império, escravos em números elevados foram acometidos e vitimados por essa doença epidêmica. Entre essas estratégias, faz-se o levantamento indiciário de mortes de cativos tendo-se como fontes documentais o seguinte: a) Dois Relatórios de Presidentes da Província do Espírito Santo – um do ano de 1856 e outro de 1857; b) Três livros sobre a história do Espírito Santo, tendo sido o primeiro escrito por Basílio Carvalho Daemon e originalmente publicado no ano de 1879; o segundo, escrito por José Teixeira de Oliveira e originalmente publicado no ano de 1951; e o terceiro, escrito por Maria Stella de Novaes e publicado em 1968; c) Três trabalhos recentes de Sebastião Pimentel Franco, sendo um capítulo de livro datado de 2013; um artigo de 2014 e um livro publicado em 2015. O método utilizado é a demografia histórica, com o auxílio da epistemologia indiciária e dos estudos comparativos em história. Essa estratégia metodológica está imbricada à História Social. Objetiva-se contribuir para com o início de uma produção historiográfica sobre saúde, doença e mortalidade de escravos no Estado do Espírito Santo.

DNPM inábil em fiscalizar a exploração do patrimônio mineral da União: um estudo comparativo entre Monteiro Lobato e TCU

Josimar Natividade

O que acontece em um País que tem enorme potencialidade, de dimensão continental, com recursos minerais diversificados a não obter êxito em explorar e gerar riquezas para seus cidadãos. Este problema pode ter várias origens coexistentes. Este artigo analisa algumas atuações do DNPM1 considerada ineficientes na fiscalização e exploração do patrimônio mineral da União no início dos séculos XX e XXI. Foi feito uma comparação sobre as críticas feitas ao DNPM por Monteiro Lobato e o TCU2. No século XX Monteiro Lobato crítica o DNPM por conjecturar sobre a exploração do Petróleo, adiando o progresso do Brasil. E no século XXI o TCU faz algumas ponderações quanto a frágil organização do DNPM em poder exercer fiscalização sobre a exploração do patrimônio mineral da União.

O morrer moderno: entre os dissensos e os consensos sobre a morte nas camadas dirigentes capixabas da segunda metade do Oitocentos

Júlia Freire Perini

Nesta comunicação, pretendo analisar os dissensos surgidos entre os políticos da província capixaba e a população com o início de uma discussão a respeito da construção de um cemitério público extramuros na cidade de Vitória durante a segunda metade do século XIX. Nesse sentido, a intenção é demonstrar que longe de ter sido algo consensual e linear, várias divergências foram delineando-se e constituíram-se como obstáculos às transformações dos hábitos fúnebres no Espírito Santo ao longo daquele período. Pretendo compreender, portanto, como no âmbito do sagrado e do particular, a morte passou a ser entendida pelas camadas dirigentes locais como uma responsabilidade da esfera pública. Nesse sentido, entendo que o morrer passou por um processo de padronização e de submissão ao escrutínio de especialistas em sua gestão, sobretudo, durante as últimas décadas do Oitocentos, relacionando-se com as mudanças ocorridas devido à recepção da modernidade em terras capixabas. Ademais, proponho pensar como as distintas camadas temporais dialogavam e buscavam sobrepor-se entre si, o que, por sua vez, gerava embates e tensões a serem administradas pelos políticos locais.

A presença indígena nas escravarias da Capitania do Espírito Santo

Juliana Sabino Simonato

A proposta desta comunicação visa analisar como a Capitania do Espírito Santo inseriu-se no contexto global das relações sociais e políticas do Império português colonial, refletindo sobre as dinâmicas do processo da conquista e, concomitantemente, considerar as particularidades locais, inseridas no âmbito de um contexto macro, sem nos atermos às delimitações territoriais que eram, naquela conjuntura, extremamente frágeis. Para aprimorarmos a análise faremos algumas comparações entre o Espírito Santo e outras capitanias, no intuito de pensarmos a fluidez das fronteiras entre as donatarias e o funcionamento da dinâmica interna, como algo próprio do processo de conquista. Em virtude disso, propomos na comunicação refletir sobre o papel exercido pelo índio e seus descendentes, tanto na realização de atividades vinculadas à escravidão quanto pelo trabalho compulsório, à luz da legislação da época, na Capitania do Espírito Santo, abarcando o contexto de atividades produtivas do universo colonial em formação.

Ensino de História indígena: algumas reflexões

Kalna Mareto Teao

O ensino da História indígena tornou-se obrigatório por meio da Lei 11.645/08 no currículo de educação básica em todo o país. Entretanto, o que notamos ao longo da experiência como docente e formadora de professores, é um descompasso entre a lei e a sua efetivação na prática. Ainda permanecem equívocos de abordagem em relação à história indígena em relação aos conceitos de identidade, tradição, cultura e uma certa generalização dos temas referentes à

temática indígena. Por outro lado, existem avanços e pesquisas interdisciplinares que envolvem História e Antropologia e vêm trazendo à tona novas abordagens sobre o assunto partindo de experiências regionais, revelando múltiplas histórias locais. As reflexões que trazemos para esta comunicação partem de diálogos indígenas sobre o ensino de história regional. Nossa abordagem advém da Etno-história e da importância de se considerar as visões indígenas sobre a história. É importante que as histórias indígenas e questões referentes ao território e à identidade étnica sejam parte constitutiva dos cursos de ensino básico e superior.

Os judeus, Ashkenaz e o Sacro Império: os martírios da Primeira Cruzada

Karla Constancio

Nesta proposta de comunicação pretendemos apresentar os aspectos principais de nossa dissertação de mestrado em andamento. Desta forma, discutiremos as influências dos pogroms antijudaicos, em 1096, durante a Primeira Cruzada, no processo de transformação cultural e religiosa das comunidades ashkenazim das principais cidades germânicas da Renânia, no Sacro Império Romano-Germânico, a saber: Mainz, Speyer, Worms e Colônia, Trier, Metz e Regensburg. Tais eventos representaram um marco para o judaísmo, pois implicaram em grandes consequências na interpretação ashkenazi sobre os preceitos fundamentais da religião. O auge dessa confluência cultural entre cristãos e judeus deu-se a partir do momento em que costumes de ambas as religiões se imbricaram, fundando uma prática inédita na cultura religiosa judaica: o suicídio ritual, do hebraico, Kidush Hashem. De modo a melhor elucidar nosso objetivo principal, trataremos do legado dessa convergência cultural entre as tradições judaica e cristã e suas implicações tanto para o judaísmo medieval, como para o próprio cristianismo que nesse momento ainda lutava por afirmação dentro da lógica de poder na sociedade medieval. Defendemos que a consequência principal dessa convergência cultural para o cristianismo foi um processo de inversão, ou seja, os setores mais populares desenvolveram a partir do martírio judaico a noção do assassinato ritual, isto é, acusações voltadas contra os judeus, que apareceram de maneira sistemática ao longo do período da Baixa Idade Média, desde os eventos da Primeira Cruzada.

Linguagens Da Feminilidade: Maternidade, Perfomance E Política

Karolina Fernandes Rocha

Os argumentos estabelecidos por mulheres contrárias ao recrutamento militar do Brasil imperial e comuns ao discurso generificado produzido pelo movimento abolicionista fortaleceram a imagem feminina marcada pela estrutura mãe, esposa e dona de casa. Na construção das vias de acesso à esfera pública, as mulheres utilizaram esta figura como recurso para evitar reações adversas, fazendo da feminilidade uma máscara. Deste modo, a feminilidade tornou-

se o idioma fruto do contra discurso das esferas públicas subalternas femininas. Analisamos como as mulheres produziram uma identidade de gênero por meio da linguagem da feminilidade através da teoria dos atos de fala e da linguagem performativa de John Langshaw Austin e a noção de performatividade de gênero de Judith Butler para estabelecer como os atos e discursos produzidos por elas eram políticos e integrantes da cultura política brasileira do Oitocentos.

O corpo feminino no pensamento cristão medieval

Laila Lua Pissinati (UFES)

O período medieval teve como principal instituição a Igreja Católica que através de seus dogmas e discursos tentou determinar e controlar todos os aspectos da vida no ocidente medieval desse período. As sociedades ocidentais cristãs estavam permeadas pelo discurso antagônico entre carne e espírito. O corpo, os prazeres da carne e tudo relacionado a ele, segundo a teoria da Igreja, eram a fonte de maldição. Acreditando que o pecado entrara no mundo através da mulher e de sua sexualidade, e assim, temendo a carnalidade feminina, a Igreja buscou formas de controlá-la. A partir dos Padres da Igreja, até a filosofia escolástica, no século XIII, iniciou-se uma luta contínua por parte da Igreja para implantar a vitória da alma/espírito sobre o corpo/carne. Às mulheres foram associadas ao corpo. Um dos desdobramentos dessa ótica do corpo localiza-se no imbricamento entre o corpo feminino e a sexualidade. Esta comunicação tem por objetivo principal levantar algumas questões relacionadas ao corpo feminino na sua relação com a Cristandade Medieval. A fim de tornar mais claro os saberes a respeito do controle do corpo e da sexualidade feminina, buscaremos as relações idearias entre o corpo e Cristandade do período em questão, passando pela dualidade estabelecida entre corpo e espírito, finalizando, enfim, no corpo feminino como local de reprodução.

O direito à participação ao processo como fundamento de legitimação da jurisdição no Estado Democrático Constitucional inaugurado pela Constituição Federal de 1988

Larissa de Almeida Silva

A comunicação pretende abordar a temática da participação das partes frente ao processo e o seu poder de influência nas decisões judiciais como garantia fundamental. Para tanto, fará um apanhado histórico constitucional que abordará a influência da ideologia positivista nos fundamentos da Constituição de 1891, ambientando com o contexto social e político da época, seguindo para a Carta Constitucional de 1988 e a realidade social e democrática. Ademais, pretende abordar a mudança de paradigma consolidada com o CPC/15 no que tange à processualística garantista de direitos fundamentais.

Revista Americana (1909-1919): representações de continente americano e de paz em tempos de Primeira Guerra Mundial

Larissa Milanezi Fabriz

O artigo analisa a Revista Americana, publicação financiada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, como um espaço de opinião pública e comunidade interpretativa portadora de um conjunto de práticas específicas que autorizavam a publicação de artigos. O periódico circulou de forma não contínua entre 1909 e 1919 e se transformou em espaço de divulgação de diferentes aspectos da política, da cultura e da história recém-inaugurada do Brasil e das outras repúblicas sul-americanas. Trata-se de compreender quais foram as representações de continente americano e de paz que foram postas a circular nas páginas deste periódico nos anos iniciais da Primeira Guerra Mundial (1914-1915). Para tanto, analisamos os artigos que foram publicados na Revista nos números de 1915. Baseamo-nos no esquema conceitual de representação, circulação, apropriação e prática cultural de Chartier (1990, 1991, 2009, 2010), no conceito de opinião pública de Habermas (2003); no de comunidade interpretativa de Fish (1980) e de diplomacia cultural de Ribeiro (1989). Nossas conclusões apontam que esses intelectuais discutiam a respeito de uma paz que ainda não conheciam, de forma a evitar uma ideia de guerra, no continente americano, que também não era sua realidade. Além disso, os artigos tinham, dentre outros, o objetivo de diluir aspectos conflituosos que poderiam existir entre as nações sul-americanas e valorizar o projeto de aproximação dos países do ABC (Argentina, Brasil e Chile).

A Família Escrava Presente nos Registos Eclesiásticos: uma análise de Itapemirim-ES (1860-1870)

Laryssa Da Silva Machado

O presente trabalho irá analisar a família escrava de Itapemirim-ES encontrada nos registros eclesiásticos da paróquia local, entre 1860-1870. Nesta região encontram-se famílias matrilineares, nucleares e extensas, o que revela a dinâmica da escravaria de Itapemirim, que durante o século XIX compreendia importante região no Espírito Santo.

O discurso de Maimônides sobre as conversões forçadas e as práticas idólatras na Epístola sobre a Apostasia (1165 E.C.)

Layli Oliveira Rosado (UERJ)

Devido ao contexto como minoria religiosa, o Judaísmo do séc. XII sofria com alternâncias entre políticas de tolerância e de intolerância sob domínio muçulmano. Em cotidianos de severas perseguições, exílios e políticas de conversões forçadas, era comum que os judeus

enviassem consultas aos líderes religiosos das comunidades judaicas no intuito de conseguir esclarecimentos e orientações diante do cotidiano na Diáspora. Contudo, por vezes, judeus que sofriam com perseguições consultavam rabinos que não viviam a mesma experiência de intolerância, e em alguns momentos tiveram como resposta que a conversão por coação era como rejeitar a completude da Lei judaica. É nesse contexto que rabi Maimônides (1138 – 1204 E.C.), conhecido pelo acróstico Rambam, escreveu o Tratado da Santificação do Nome ou Epístola sobre a Apostasia, por volta de 1165 E.C. Essa responsa é uma resposta aos judeus em cotidiano de intolerâncias e perseguições, em que afirmou que há diferença entre aqueles que se convertem voluntariamente e aqueles que se convertem visando salvaguardar a vida. Dito isso, no presente trabalho pretende-se realizar um breve estudo acerca dessa epístola, evidenciando o discurso de Maimônides quanto a apostasia e a prática da idolatria. Objetiva-se com esse estudo, também, identificar e verificar em quais pontos seus posicionamentos convergem ou divergem daqueles adotados no seu Livro da Sabedoria (1180 E.C.), primeiro volume do Mishné Torá. Esse, por sua vez, constitui um compêndio acerca da Lei Oral judaica, e teve sua produção durante o período da redação da epístola em questão.

Mulher e historia: o usos da memória pela conquista do espaço feminino

Leandro da Silva Lunz

O espaço social é o local onde se manifestam os diversos segmentos da sociedade em busca da efetivação de sua identidade nesse espaço. A utilização da memória como a manutenção do poder sempre fez parte das questões relacionadas a sociedade colocando em lados opostos as classes dominantes e classes dominadas. Ao longo da história as mulheres sempre estiveram fadadas a uma prática de esquecimento, sendo os fatos histórico voltados para os grandes feitos dos homens. A utilização da memória foi e é uma das formas que os grupos sociais encontraram para a legitimação de diversos interesses e de protagonismo histórico. O presente trabalho, utilizando como referencial teórico a História Cultural, analisou as diversas formas de uso da memória como ferramenta de inserção social e política no tempo histórico, destacando as atuações dos movimentos feministas pela democratização da memória e reivindicação de seu lugar na história.

Culturas políticas e conflitos sociais no limiar da República: a fabricação do "consolidador da República"

Leandro do Carmo Quintão

Esse artigo tem por objetivo analisar a construção da imagem de Floriano Peixoto enquanto "consolidador da República", na primeira década republicana, como expressão de uma cultura política produzida naquele momento. Defendemos a ideia de que se trata de uma ima-

gem que traduz o anseio pela configuração de novos líderes, que fossem condizentes com as demandas do novo regime político, em busca de afirmação. Além disso, defendemos que sua força simbólica foi tonificada pelos conflitos sociais e por seus desdobramentos.

Interesses e conflitos latentes, manifestos e explícitos na apropriação social do território: natureza e colonização do norte do Espírito Santo nas décadas de 1940 e 1950

Leonardo Bis dos Santos

A primeira metade do século passado, no Espírito Santo-ES, foi marcada por uma nova fronteira de expansão econômica que se abriu, do ponto de vista da colonização. As duas pontes que foram inauguradas, em 1928 e depois outra em 1954, cruzando o então frondoso rio Doce, estimularam a ocupação da região norte do estado. Esta ainda detinha grande parte de sua cobertura vegetal original - vasta floresta de Mata Atlântica. O contexto nacional era marcado por um efervescente momento de proliferação de ideais de defesa da natureza. Entre os principais eventos marcantes destacam-se em 1934 a 1ª Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e os primeiros códigos de caça e pesca, de águas e florestal), bem como em 1937, a criação do primeiro parque natural - Parna - do país. O legado dessas reflexões e ações no ES foram imediatas. No mesmo ano que é inaugurado o Parna de Itatiaia, documentos descrevem uma preocupação - ainda bastante tímida frente a outros interesses - em criar áreas ambientalmente protegidas no ES, como forma de resguardar parte da fauna e flora do território. Dessa forma, em 1937 aparece pela primeira vez em um documento público o desejo de criar parques naturais no estado. Quatro anos depois é emitido o primeiro decreto, estabelecendo duas áreas protegidas na região norte do ES. Uma delas é efetivada - demarcada e fiscalizada -, mas a outra não. A análise das diferenças entre ambas nos revela várias ordens de conflitos entre interesses envolvendo madeireiras, projetos de colonização e desenvolvimento do Estado, crescente pressão de grupos sociais na defesa da natureza, invisibilidade social de grupos sociais marginalizados e práticas socioculturais de grupos europeus que foram estimulados a colonizar o território.

O aspecto moral dos movimentos sociais ocorridos no brasil a partir de 2013

Leonardo Goldner Dellaqua

Tomando como marco inicial os movimentos que ocorreram no Brasil a partir de 2013, combatidos, inicialmente, de forma enérgica pelo poder público, tentaremos traçar os aspectos, Materiais e, talvez, Morais, que alavancaram esses conflitos. Utilizando, como guia, a obra "Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais", de Axel Honneth, onde a aplicação do Direito se torna regra fundamental para a conquista do autorrespeito, e recorrendo, ainda, a outros renomados autores, a fim de fazer um paralelo de seus trabalhos com a re-

alidade instaurada no país a partir destes eventos, iremos diferenciar os conceitos de "Grupos" e "Movimentos Sociais". Traçados esses parâmetros, tentaremos demonstrar se o que houve no Brasil, em 2013, com o direcionamento massivo da população às ruas, pôde se configurar um Movimento Social uno, individualizado, ou, então, diversos "Movimentos Sociais" paralelos, concomitantes, ou, ainda, apenas manifestos desordenados de diversos setores da sociedade. Sabemos que o processo Democrático se desenvolve de diversas formas, onde os "Movimentos Sociais" podem ser considerados como formas de sua expressão. A forma como tais manifestações se deram em nosso País, no período abordado, deixa clara a força política que manifestos populares possuem, trançando diretrizes e novos rumos às políticas nacionais. Antes mesmo de se judicializar a questão, a força popular pode ditar caminhos políticos, porém temos que considerar que quando há inércia desses atores políticos, quando não cumprem com seu papel político e legal, estes indivíduos também estão sujeitos a medidas coercitivas impostas pelo Estado ao qual representam. E nesse contexto que aparece o "Acesso ao Judiciário" como elemento de controle, postura que aparentemente não era frequente em nossos Tribunais e vem tomando maiores contornos ao se judicializar com maior habitualidade questões políticas com a colaboração de todas as esferas, Executivo, Legislativo e Judiciário.

Desordeiros e escandalosos: narrativas acerca das revoltas ocorridas na aldeia de Reritiba na década de 1740

Leonardo Nascimento Bourguignon

Na década de 1740 conflitos entre índios aldeados e jesuítas ultrapassariam os limites da aldeia de Reritiba, litoral sul do Espírito Santo, envolvendo diferentes indivíduos dentro e fora daquela capitania. A partir da análise de diferentes fontes, como cartas e ofícios de autoridades civis e religiosas, e dos depoimentos prestados por índios e colonos que viviam na aldeia de Reritiba e na vila vizinha de Guaraparim à devassa realizada em 1761 para averiguar desvios e improbidades cometidas pelos jesuítas, propomos neste estudo apresentar como as narrativas acerca daqueles eventos variaram de acordo com os sujeitos e os significados que eles pretendiam que sobrevivesse de sua visão de mundo, destacando ainda o papel ativo desempenhado pelos grupos indígenas que vivam na região.

Notas de pesquisa sobre a fronteira norte-capixaba: algumas considerações teóricas

Leonardo Zancheta Foletto

A presente comunicação tem por interesse discutir o intrincado processo de delimitação da fronteira entre os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais, cuja imprecisão, desde o período colonial brasileiro, levou ao surgimento, já no século XX, do litígio, solucionado somente no ano de 1963, por meio de um tratado firmado entre as duas unidades federativas. Preten-

Trajetórias e interseções: aproximações entre as elites locais capixabas e a corte joanina durante no governo de Francisco Rubim (1812-1819)

Livia Mauricio Scheiner

A historiografia sobre a Modernidade Ibérica vem apontando, ultimamente, para o fato de que, no extenso e diverso mundo colonial luso, a descontinuidade espacial convivia com a transferência e a adaptação de modelos jurídicos e administrativos da metrópole para as regiões coloniais (HESPANHA, 1995: 9). Neste universo geopolítico, predominavam redes de poder e hierarquias pautadas nos valores de Antigo Regime: suas relações personalistas e corporativas teriam, portanto, migrado para também os trópicos. Mas, se este foi o panorama dentro do qual a sociedade colonial se formou e se reproduziu, houve, obviamente, conjunturas específicas na extensa temporalidade que vai do século XVI ao XIX. Tais conjunturas ora contribuíam para solidificar, ora para dar novos significados às noções de pacto e de soberania entre as elites coloniais e o Reino (FRAGOSO, BICALHO & GOUVÊA, 2001:287-288). Observando-se sob o prisma da macro política, o recorte temporal estabelecido entre a segunda metade do XVIII e o século XIX se destaca como momento de redefinição dos vínculos imperiais no mundo luso-brasileiro. Origina-se, assim, o projeto de resgate do poderoso império de outrora, por meio da utilização racional e científica dos recursos materiais e humanos de sua mais lucrativa porção: a América portuguesa. A partir do diálogo com a recente historiografia capixaba e utilizando a metodologia da prosopografia, buscamos construir notas de pesquisa que apontam para o entrelaçamento das trajetórias de Paulo Fernandes Viana, o Intendente de Polícia Corte durante o período joanino (1808-1821) e Francisco Alberto Rubim, governador da Capitania do Espírito Santo entre 1812 e 1819. Utilizando fontes biográficas, administrativas e crônicas coevas, procuramos demonstrar como, por meio de determinados aspectos da gestão da capitania pelo governador Rubim, são tecidas redes de sociabilidade entre os membros da elite capixaba e os grupos políticos da corte, em meio à modelagem do projeto imperial luso-brasileiro.

A construção da instrução feminina na província do Espirito Santo 1845 a 1889: entre conhecimentos consentidos e saberes negados

Luana F. Guisso & Sebastião P. Franco

A proposta é estudar a construção da educação feminina no Espírito Santo, desde o início do funcionamento da primeira escola para meninas na cidade de Vitória, em 1845, até o final da Monarquia em 1889, indicando também o início de novas possibilidades e perspectivas, no que diz respeito à educação feminina. Os procedimentos disciplinares se organizam desde então no espaço social colonizado que, para Certeau, regem toda a camada social, ou seja, toda uma cultura dominante exercida por um grupo que serve a seus interesses particulares, com

tendência a se tornarem interesses universais. Teoricamente fundamentado na concepção de gênero e na ideia de poder, a pesquisa investiga como se deu a construção da educação feminina por parte do governo provincial capixaba, por meio de uma metodologia de estudo fundamentada na análise de conteúdo, sobretudo aos Relatórios de Presidentes de Província do recorte temporal proposto. Embora focado no Político, o estudo abrangerá também a formação social e cultural originárias das práticas e dos discursos do poder enquanto negava essa educação que, ao mesmo tempo, consentia em construir. Neste prisma, os estudos de Roger Chartier, sobre a elaboração das representações, constituirão a base de nossas reflexões sobre como o discurso de Estado. O objetivo é verificar, por meio de documentos oficiais, como o Estado percebia ou compreendia a importância da educação feminina; estudar como ela estava estruturada, quais os planos de estudos e as metodologias utilizadas e conhecer porque se ampliou a escolarização das mulheres. As relações de gênero mostraram as mudanças comportamentais, ao longo dos anos, da mulher. Mesmo esbarrando no preconceito, muitas mulheres não se intimidaram e continuaram sua luta por melhores condições de vida, o processo vem se desenhando e mostrando sua forma com as reivindicações femininas.

Venezuela e migrações

Lucas Francisco Neto

Dos estudos realizados sobre os fluxos migratórios, podemos extrair o dado fundamental da possibilidade de uma vida melhor em seus diversos aspectos, principalmente o econômico, como fator impulsionar dos movimentos de deslocamento humano no espaço geográfico interno ou externo. A Venezuela experimentou desde 1999 um período diferente, aquilo que o então presidente Hugo Chavez chamou de "Revolução Bolivariana" que teve como auge a aprovação, mediante referendo, da Constituição Venezuelana de 1999. No tempo que se sucedeu o país experimentou significativas mudanças em virtude das reformas politicas, econômicas e sociais iniciadas pelo governo. No entanto, desde 2013 um processo de crise se instalou no país, de ordem econômica e politica, interna e externa, tudo agravado pela crise econômica mundial. Tais fatores colocam o país em um quadro de pobreza, onde faltam remédios, alimentos e diversos outros bens e serviços indispensáveis para a população. Acirrou-se a repressão aos opositores do regime, com prisões, exonerações e cassações de lideranças da oposição. Todos esses fatores aprofundaram um processo de saída de cidadãos venezuelanos em direção a outros países, em busca de vida melhor. Dentre os destinos está o Brasil que em 24 de maio de 2017 publicou uma nova Lei de Migração, a Lei 13.445/2017, que deverá regular de uma maneira totalmente diversa a recepção deste novo fluxo migratório. Este trabalho pretende lançar uma analise sobre o movimento migratório, suas motivações, perspectivas, o discurso das autoridades brasileiras e a aplicação da Nova Lei de Migrações. Buscamos evidenciar as tessituras sociais que se constroem neste período e também perceber os fragmentos herdados de outros

períodos históricos que referenciam a atuação das autoridades e que nem sempre são coerentes com o novo paradigma legal pautado nos direitos humanos e não mais na segurança nacional.

Immanuel Kant e seus escritos sobre o Terremoto de Lisboa de 1755

Lucas Onorato Braga

Este artigo propõe analisar as explicações sobre o Grande Terremoto de Lisboa de 1755, sob a ótica de Immanuel Kant, expoente do Aufklärung, baseado em seus artigos publicados entre fevereiro e março de 1756. Buscaremos por meio da análise do material citado, conhecer a perspectiva kantiana sobre a hecatombe e a argumentação geológica que ele apresenta sobre a catástrofe, se afastando assim do debate acerca da Providência divina. Considerando que as explicações acerca do Grande Terremoto se converteram em um campo de disputas entre a religião e a ciência natural, elegemos como orientação as reflexões do sociólogo Pierre Bourdieu, pois, à luz do seu conceito de campo, buscaremos avaliar em que medida a oposição entre o discurso religioso predominante até 1750 foi sendo abalado por um discurso pautado nas causas naturais na tentativa de explicação da tragédia. Nesse cenário, interessa-nos avaliar em que medida os escritos de I. Kant traduzem esse novo momento e quais as contribuições o pensador oferece para a compreensão do debate.

A aliança entre o getulista de primeira hora e o homem da gaita na disputa pelos rumos do getulismo no PTB do Espírito Santo (1945 – 1951)

Lucian Rodrigues Cardoso

No presente trabalho analisa-se as decisões e discussões originárias do Partido Trabalhista Brasileiro no Espírito Santo, porque típicas de sua formação. Se um partido de tipo carismático espera que o sujeito portador desta característica arbitre sobre suas dissidências e seus conflitos internos, Getúlio Vargas negava ao PTB o peso de sua mão para direcioná-lo, sob risco de despertar a ira do partido caudatário de sua estabilidade política, o PSD. Desta maneira, o nascituro partido comportou, também no Espírito Santo, sucessivos conflitos internos durante boa parte de sua existência. Em sua fase inicial, discursivamente, as disputas recaíam sobre a celeuma de quem seria mais agraciado pelo líder; quem poderia defender melhor seu legado e sua permanência política. Porém, se as disputas organizacionais durante os primeiros anos do PTB capixaba assentavam-se no debate em torno de quem seria mais getulista, uma análise mais minuciosa aponta que o que estava em jogo era a definição, não de quem stricto sensu, mas de como deveria ser o getulismo no Espírito Santo.

Religiosas no interior dos hospitais: as Irmãs de Jesus na Eucaristia e a Santa Casa de Cachoeiro de Itapemirim

Luciene Carla Corrêa Francelino

Tratar indivíduos doentes, buscando a cura de suas moléstias, proporcionando também conforto espiritual, foi uma das formas de atuação da igreja católica ao longo dos séculos. Muitas ordens religiosas foram criadas com a finalidade de prestar assistência aos desvalidos. Esses ideais de amor ao próximo, marcaram o desenvolvimento da enfermagem, estabelecendo um modelo comportamental para o cuidado com os enfermos. No Brasil as Irmãs de Caridade passam a atuar junto aos doentes à partir do século XIX no interior das Santas Casas espalhadas pelo vasto território nacional. Em Cachoeiro de Itapemirim as religiosas da Congregação de Jesus na Eucaristia assumiram a direção de todos os serviços internos do hospital em 1929, marcando de forma significativa a história da instituição e da enfermagem na região.

A Reconquista como mito unificador: a legitimidade da coroa cristã castelhana na Baixa Idade Média

Ludmila N. Santos Portela (UFES)

A história da Península Ibérica na Idade Média foi marcada pela diversidade cultural. A convivência entre muçulmanos, judeus e cristãos era, em grande medida, conflituosa, permeada por guerras, debates teológicos e segregação social. Entre os séculos XI e XIV, as coroas cristãs lutaram ferozmente para reaver o controle do território ibérico, que havia sucumbido diante do avanço muçulmano no século VIII. Esse esforço de Reconquista, entretanto, não tinha como motivação principal a disputa por terras, mas o reconhecimento da autoridade real emanada de Deus. Essa concepção de poder contribuiu para tornar possível a unificação de territórios onde se misturavam línguas, costumes, sistemas políticos, esquemas econômicos e legislações diferentes, o que correspondeu, na prática, à legitimação do conceito de cristandade. A Reconquista pautou-se, pois, em uma realidade de avanço militar dos reis cristãos, até então contidos nos reinos ibéricos do norte, em direção ao sul. Mas constituiu, também, um mito justificador da autoridade desses reis, garantindo a submissão das comunidades conquistadas a um poder "unificado".

Romanismo e barbarismo nas histórias de Asterix, o Gaulês

Luís Eduardo Formentini

A série de histórias em quadrinhos Asterix, o Gaulês, criada por Goscinny e Uderzo em 1959, narra as aventuras do personagem-título e seus companheiros na Gália do ano 50 a.C.. Os romanos são adversários recorrentes de Asterix, sendo que a base desse antagonismo é a virulenta resistência da aldeia onde habita o protagonista à dominação latina. O tema do bárbaro é recorrente nessas histórias, seja como justificativa romana para a conquista da Gália

(para “civilizar” os “bárbaros”gauleses), seja como termo descritivo para diversos povos que viviam fora dos domínios romanos. No entanto, as identidades de “romano”e “bárbaro”podem ser trocadas de acordo com a conveniência, como bem sabiam Asterix e os demais habitantes da “irredutível aldeia gaulesa”. Em nosso trabalho, versaremos sobre as definições identitárias de romano e bárbaro presentes em diversas histórias de Asterix, com especial destaque para Asterix e os Godos, publicada pela primeira vez em 1962.

Ilustração e José da Silva Lisboa

Marcela Portela Stinguel

Este artigo pretende examinar os diferentes tipos de Iluminismo que guiaram José da Silva Lisboa ao longo de sua vida pública. Para tanto, exemplos desse movimento serão pesquisados em suas respectivas versões na França, Inglaterra, Portugal e no Brasil, pois representam os principais guias para Visconde de Cairu. Consequentemente, as circunstâncias políticas, econômicas e sociais que contribuíram para a formação intelectual de Silva serão analisadas, uma vez que o recorte deste artigo situa-se entre a partida de Silva Lisboa para Portugal, com o objetivo de iniciar seus estudos na Universidade de Coimbra, até a chegada da Família Real no Brasil , ou seja, de 1774 a 1808.

Trabalho, liberdade e participação política no Estado patrimonialista

Marcelo Ari Costa dos Remédios

A própria língua latina é categórica ao equiparar o verbo “viver” à expressão “estar entre os homens” (inter homines esse., indicando ser condição humana do indivíduo, desde o seu nascimento, a sujeição à pluralidade da existência humana. A conclusão desta premissa, alcançada pela filosofia ocidental desde Sócrates, Platão e Aristóteles, é irretocável: a política (ação e discurso) constitui antes uma necessidade que um fardo a ser carregado subjetivamente. O homem é, desde o nascimento até sua morte, sujeito à existência mútua e à vida política (bios politikos), e dela só pode ser privado se também privado de sua liberdade.. Dentro da análise Arendtiana,, em “A Condiução Humana”, a ação (uma das três condições humanas junto ao trabalho e à obra), é a característica essencial ao modo de vida inteiramente livre do indivíduo, tendo o discurso e a práxis papel central nesse modo de vida. Para constituir uma vita activa inteiramente livre, adentrar ao domínio público e gozar de um status civitatis de plena capacidade, é necessário que o homem tenha liberdade de dispor de seus movimentos e de suas atividades, livrando-se do trabalho que o escraviza por sua própria necessidade biológica e dedicando-se aos assuntos políticos. Em um país cruelmente marcado pela violência da escravidão, e que ainda mantém suas características patrimonialistas, a representação na vida política ainda é mitigada, sendo o trabalho e a pobreza fardos que impedem o ingresso do homem na vita

activa por excelência. A necessidade de equilíbrio entre o trabalho, liberdade e participação// representação política é o tema central do trabalho, que faz um diálogo entre a obra de Hannah Arendt e a história de violência patrimonialista do Estado Brasileiro.

Do abandono na lama e no lixo à exemplar (e espontânea) organização urbana: o caso da construção do bairro de Santa Rita, Vila Velha/ES

Marcelo Sathler

Santa Rita é o único bairro canela-verde originado em área alagada sem ajuda do poder público onde lotes equânimes e ruas simétricas e paralelas foram produzidas. Com intuito de compreender como esse manguezal às margens do Rio Aribiri urbanizou-se assim, utilizou-se de levantamento fotográfico, análise documental e, visto escassa informação nos jornais e documentos oficiais encontrada até então, resgate da história oral através da técnica "bola de neve" como procedimentos metodológicos, este empregado, somente, para orientar esta pesquisa em andamento. Os 588 registros fotográficos feitos pelos moradores desde o princípio da ocupação reunidos, discutidos com os mesmos para o reconhecimento dos locais, indicam o embrião do bairro à beira da "estrada velha", única via onde automóveis trafegavam de Vila Velha à Vitória antes dos anos 50. Em um ponto da margem Norte dessa via havia tal manguezal e, no lado aposto, morros onde terra era extraída para aterros, estes que a movimentação do rio e da maré erodia, fenômeno descrito em matéria jornalística, limitando a ocupação. Isto mudou, segundo entrevistas, após a descarga de lixo na área nos anos 70 (fotografada), pois, além de conter a água, gerando mais área para a instalação de palafitas, forneceu fonte de sobrevivência a famílias envolvidas na migração causada pelo início da operação dos projetos industriais capixabas. Porém, o centro comunitário influenciava na distribuição do lixo e exigia a compra de lotes previamente mensurados antes da ocupação, e atribui-se a isso a organização mencionada (busca-se os recibos dessa comercialização). Em 1983, após, conforme relatos, a pressão de movimentos populares de luta por moradia, apoiados por partidos políticos e a igreja católica, uma intervenção municipal identificou 600 famílias em vulnerabilidade e informou o futuro bairro estar 70 cm abaixo da maré máxima, iniciando aterros como política pública para melhoria da condição de vida dos moradores.

O processo de transição da mão de obra escrava para a livre e a imigração no Espírito Santo do século XIX

Márcia Regina Batista

O Espírito Santo manteve durante muito tempo uma economia modesta baseada em algumas poucas áreas de produção dedicadas, em geral, a produção de açúcar e farinha. O café chegou à província em 1815 tornando-se dominante em 1840 quando substituiu as culturas

tradicionais. Outra região que se tornou produtora foi o sul da província ocupada por fazendeiros do Vale da Paraíba, Rio de Janeiro, que adotaram o latifúndio exportador e escravista como solução econômica. O modelo de imigração adotado na província foi o modelo de ocupação territorial que pretendia a partir dessa colonização incrementar a economia. O modelo capixaba em quase tudo se desassemelha a história de São Paulo quanto à imigração e a substituição da mão de obra no século XIX. Ocorre que São Paulo, pela sua importância no cenário brasileiro, acabou por legitimar a sua historiografia como paradigma nacional. Em São Paulo as fazendas cafeeiras geraram desenvolvimento e riqueza, no Espírito Santo, por vários fatores a mesma não conseguiu alcançar os níveis de outras regiões. A imigração para colonização ocorreu no território capixaba sem nenhum problema até às vésperas da abolição já os fazendeiros do Oeste Paulista faziam ferrenha oposição a esse tipo de imigração. O tipo de imigração desejada por esses fazendeiros era a que substituiria a mão de obra, uma vez que a instituição escravista caminhava para o fim. Com a abolição os fazendeiros do Oeste Paulista passavam a contratar seus trabalhadores como assalariados, no Espírito Santo, os fazendeiros do sul contrataram através da parceria o que se mostrou uma forma instável de contratação que somada a outros fatores levou a fragmentação dessas propriedades.

Crise de 1929 e ditadura de 1964: família, religião e pátria em (im)potência em O rei da vela, de Oswald de Andrade

Maria Eduarda Pecly Lopes

O presente trabalho tem como proposta investigar como o tripé das instituições sociais (Igreja, família e pátria) muito citadas da peça O rei da vela (1933), de Oswald de Andrade, servem como instrumentos para a consolidação de governos fascistas. A tragédia brasileira narra a história de Abelardo, agiota que se aproveitou da crise cafeeira no Brasil para fazer empréstimos à elite, com altas taxas de juros. Abelardo cresce economicamente por meio da exploração para com os outros, no entanto não possuía o prestígio de um aristocrata e precisava de um sobrenome para adquirir pleno status social perante aos outros. Para isso, casou-se com Heloísa, uma aristocrata falida que apesar de sua situação financeira não ser muito boa, conseguiu se reerguer economicamente com o dinheiro de Abelardo. O contexto histórico dessa tragédia se passa no Brasil pós-queda da bolsa de Nova Iorque de 1929 e na ascensão da ditadura varguista. Apesar de a peça ter sido escrita em 1933, a encenação aconteceu apenas em 1967, três anos após o golpe militar. Nesse sentido, encaminha-se a discussão para a percepção de como a Igreja, a família e a pátria são instituições que possuíram – e possuem – grande relevância para a implementação de estados totalitários cujas consequências foram o Estado Novo de Getúlio Vargas e a ditadura militar no Brasil. Para embasar este estudo, utilizar-se-á como referências críticas e teóricas Haroldo de Campos, Louis Althusser e Aristóteles.

Âncora Medicinal: O Manual luso do comer bem e com saúde, 1731

Mariana Costa Amorim

A presente comunicação visa fazer um panorama geral sobre como Francisco da Fonseca Henriques mostra o consumo de alimentos no período joanino do século XVIII português utilizando como fonte de análise a obra Âncora Medicinal – para conservar a vida com saúde (1731). Nela é possível constatar alimentos consumidos no período e as modificações alimentares da modernidade como a separação dos doces e salgados, a leveza e a dureza de cada alimento e, principalmente o consumo de bebidas tidas como exóticas, ao exemplo do café e do chocolate e como se relacionavam com a dietética. Como médico formado em Coimbra, prezava por considerar saberes da medicina medieval e não descartar certas modificações da era moderna. Assim, propõe-se explorar a união desses aspectos por Henriques no livro, a junção do cuidado com a saúde do indivíduo e o prazer de comer, algo notório dentro do período moderno português.

Edgard Roquette-Pinto: atuação no Museu Nacional e na Revista Nacional de Educação para a conformação da nação

Mariana Calazans Wanick

Educação, divulgação científica e nação são as palavras chaves de nossa pesquisa. Compreender como o médico, antropólogo, militante do movimento sanitarista, funcionário e depois diretor do Museu Nacional, Edgard Roquette-Pinto, compreendeu e buscou interferir nessas questões a partir de sua antropologia e sua visão das questões centrais que permeavam a sociedade brasileira de início do século XX, é questão primordial em nosso trabalho. A fim de alcançarmos nosso objetivo, compreender a trajetória intelectual de Edgard Roquette-Pinto a partir desses três aspectos primordiais em nossa pesquisa, utilizaremos a Revista Nacional de Educação e alguns artigos da Revista do Brasil e seus livros: Rondônia e Ensaios de Antropologia Brasiliana. A Revista Nacional de Educação, nossa principal documentação, foi um periódico que circulou entre 1932 e 1934. A revista era organizada e editada pelo Museu Nacional na época em que Edgard Roquette-Pinto era diretor da instituição. O antropólogo afirmava que a publicação de uma revista gratuita e voltada para público amplo. A epígrafe da revista, presente em todos os seus 21 números, explicita o caráter da publicação e o significado que ela possuía para aqueles que a organizavam: "em todos os lares o conforto moral da ciência e da arte". A revista foi criada pelo decreto 21.240 que criou a taxa cinematográfica para a educação popular. Essa taxa foi utilizada para custear a Revista Nacional de Educação. Portanto, nosso trabalho também buscará esclarecer alguns aspectos da relação entre o periódico e o governo provisório de Getúlio Vargas. Defendemos, com Duarte (2010), que a revista e o Museu Nacional tiveram, pelo menos nesse momento inicial, uma relação de proximidade com o governo federal. Parti-

pelo menos nesse momento inicial, uma relação de proximidade com o governo federal. Partiremos da seguinte perspectiva sobre o problema brasileiro: não era uma questão de raça, mas de higiene e educação.

Cultura historiográfica e imaginação sociológica: ensaio e interpretação do Brasil nos anos 1930

Maro Lara Martins

Nas florações da sociologia modernista dos anos 20 e 30, é que se formulou com mais vigor a tese da hipertrofia do privado, identificando a família de tipo patriarcal como a agência crucial de coordenação da vida social que se veio formando desde a colonização portuguesa, em relação a uma esfera pública atrofiada identificada ao Estado. Em todos esses autores, os elementos da sociedade brasileira em seu período colonial ainda se fariam presentes, impedindo a consolidação plena de instituições e valores da modernidade ocidental clássica. Nessa vertente do pensamento social brasileiro, uma atávica herança patrimonial-patriarcal acabara sutilmente assumindo o caráter de variável independente, supostamente capaz de explicar, ao longo de toda a história brasileira, especialmente no mundo rural, as formas e as configurações políticas e sociais que aqui se consolidaram.

Manual de Diagnóstico em Saúde Mental 5: efeitos políticos no campo da clínica

Jorge Luis Gonçalves dos Santos; Aline Reis da Silva & Mayara Sanazário Neves

O trabalho proporá designar os atravessamentos políticos da lógica do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) na prática clínico-institucional dos Centros de Atenção Psicossocial. O objetivo será avaliar os efeitos políticos de um discurso que se pretende neutro, livre de impasses e ancorado na ciência, considerando suas incidências no sujeito e nas instituições públicas de saúde mental. Para tanto, partirá da afirmação de Pierre Lebrun (2004) de que "o discurso é aquilo que ordena o laço social", articulando-a com a perspectiva de análise histórica trazida por Michel Foucault. Em seguida, analisará como a lógica discursiva dos DSM incide nas práticas dos Centros de Atenção Psicossocial, inaugurando um processo de produção de síndromes e atrelando-as ao consumo medicamentoso em larga escala. Uma vez que o DSM configura-se como dispositivo político em um contexto marcado pela cultura de medicalização do sofrimento psíquico, onde não há lugar para o que Freud (1930) denominou "mal estar na cultura", concluiremos afirmando a importância dos Centros de Atenção Psicossocial instituírem, através da palavra, um lugar para o sujeito.

"A iniquidade se mostrará nos tempos de exílio": O banimento de Hilário de Poitiers e o conflito entre arianos e nicenos nas Gálias

Melissa Moreira Melo Vieira

O conflito entre arianos e nicenos, tão presente no episcopado oriental desde o concílio de Niceia (325 d.C.), alcançou dimensões bastante particulares na região das Gálias em vista da política de homogeneização doutrinária promovida por Constâncio II a partir de 350 d.C.. Hilário de Poitiers, bispo aquitano e partidário dos nicenos, foi condenado ao exílio no concílio de Béziers (356) por motivações políticas e, após isso, buscou cooptar bispos de posições doutrinárias distintas para sua rede de influência e expandir seus espaços de poder. Nesta comunicação, pretendemos abordar os antecedentes e as consequências políticas do banimento de Hilário não apenas para sua própria carreira, mas para a rede de bispos nicenos nas Gálias. Para isso, utilizaremos os conceitos de poder simbólico de Pierre Bourdieu e rede social de Adam Schor.

Atheneu Provincial e os materiais necessários para seu funcionamento em 1877

Meryhelen Alves da Cruz Quiuqui

O presente artigo tem como finalidade investigar os materiais utilizados no Atheneu Provincial, instituição de ensino secundário, mantida pelo governo do Espírito Santo durante no período imperial, que teve como função preparar e avaliar os jovens para o ingresso no nível superior escolar. A proposta inicial do trabalho consiste em evidenciar os tipos de materiais solicitados pela diretoria escolar ao poder local e, posteriormente, compreender quais objetos eram considerados necessários para o funcionamento escolar e qual o critério dado pela instrução pública para liberar a aquisição dos mesmos. Para tanto foi analisado o ofício recebido pelo Inspetor Geral da Instrução Publica em 1877, contendo esses pedidos assim como o seu parecer.

A linguagem como arena: conflitos e resistência em performances culturais

Michele Freire Schiffler

O presente trabalho visa a refletir sobre a importância da linguagem no que tange à expressão de conflitos sociais e relações de poder expressos linguisticamente na arena discursiva de performances culturais de comunidades tradicionais, notadamente, indígenas e quilombolas. Nesse contexto, a tradição e a memória são reinscritas historicamente e atualizadas na performance do tempo espiralar. O cenário político contemporâneo no Brasil tem agravado a violação de direitos de comunidades nativas e quilombolas, o que vem sendo expresso por meio da ausência de políticas públicas para salvaguarda dessas populações e por severos agravos à Constituição Nacional. O Decreto 9.142, de 22 de agosto, que extingue a Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (Renca); a revogação da portaria 581, de 2015, que garantia a terra

indígena Guarani no Pico do Jaraguá; a PEC 215, que ameaça os direitos sobre a terra por parte de populações indígenas e quilombolas; e a tese do Marco Temporal, são alguns exemplos, dentre tantos outros, de mecanismos que vem sendo empregados institucionalmente para ferir os direitos das comunidades em questão. Em um cenário de violência e injustiças, performances culturais, como o rap guarani e o Ticumbi de São Benedito, respondem linguística e ideologicamente a esses conflitos. A corporeidade, os versos e a voz de membros de comunidades indígenas e quilombolas atuam responsiva e eticamente na denúncia, na luta e na perspectiva concreta de construção de uma realidade mais justa e equânime.

O nacionalismo à brasileira oitocentista expresso em livros de cozinha: as trajetórias de R. C. M. e Paulo Salles

Fernando Santa Clara Viana Junior

Pretendemos conhecer melhor as trajetórias de R. C. M. e Paulo Salles, possíveis autores das obras Cozinheiro Imperial e Cozinheiro Nacional, respectivamente. Num período em que as questões acerca do nacionalismo ganhavam os debates no ocidente, moldar um povo segundo elementos que o fizessem nacional fora um projeto político; a cozinha, por sua vez, não esteve fora deste contexto. Os autores das obras, entretanto, não são conhecidos, o que nos convoca traçar sua biografia por meio de processo indiciário, proposto por Carlo Ginzburg. Assim, analisando as obras apresentadas, buscaremos compreender a trajetória dos possíveis autores, bem como desvendar um pouco de seus feitos, processos ainda silenciados na historiografia brasileira.

Notas de pesquisa sobre a fronteira norte-capixaba: algumas considerações teóricas

Leonardo Z Foletto

A presente comunicação tem por interesse discutir o intrincado processo de delimitação da fronteira entre os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais, cuja imprecisão, desde o período colonial brasileiro, levou ao surgimento, já no século XX, do litígio, solucionado somente no ano de 1963, por meio de um tratado firmado entre as duas unidades federativas. Pretende-se apresentar, deste modo, a principal categoria teórica que vêm sendo instrumentalizada na pesquisa, com a finalidade de iluminar o objeto proposto, no qual destacamos o conceito de fronteira, visando identificar qual é a tradição posta na delimitação desta em território brasileiro. Foi adotado no Brasil dois modelos diferentes no que diz respeito ao conceito de fronteira. Esses modelos, consequentemente, em nossa análise, vão estar diretamente ligados ao problema do nosso objeto de estudo – a fronteira norte capixaba (Espírito Santo e Minas Gerais). Em um primeiro momento, adotará o conceito europeu de fronteira, no qual os traçados eram estabelecidos por meio do princípio de uti possidetis; estabelecendo, até certo ponto, uma relação cordial entre os dois Estados. Oposto no que vai acontecer em meados do século XX, quando

a ideia de fronteira no Brasil é associada à zona pioneira, ao passo que há um deslocamento da população e das atividades econômicas para essa fronteira, reguladas pelo mercado, como frentes de expansão, verificando uma situação mais inquietante e de conflituosa relação para a resolução dos limites.

Dança afro potencializando afrodescendentes através das problematizações pós-coloniais e territorialidade periféricas

Pamela Monteiro

Este trabalho objetiva apresentar minha experiência do projeto de extensão FORDAN no enfrentamento das violências sociopolítico-históricas presentes na Grande São Pedro. Este Bairro, onde atuamos dois dias por semana, apresenta alto índice de crimes de tráfico, armas, munições, tóxicos, furtos e também crimes letais e não letais contra a pessoa (PABLO LIRA, 2007). No projeto trabalho com adolescentes que sofrem influência cotidiana do machismo, sexismo, intolerância religiosa, moralismo e racismo existentes nesta sociedade, solicitando-me uma formação temática interdisciplinar estudada no grupo de estudos do FORDAN, na participação dos movimentos organizados de enfrentamento ao racismo e núcleos afros, como o Mucane. O ensino da dança afro unindo parâmetros técnicos, historicidade da dança e temas transversais pautados nos direitos humanos são fundamentais para minha atuação através da metodologia da pesquisa-intervenção. Na literatura utilizo-me de Stuart Hall, Thiago Campos Pessoa, Adriano Bittar e Mariana Monteiro para sintetizar a proposta. Esse projeto, em específico, busca a dança afro intervindo como fortalecedora de potência, entendendo que a cultura negra sofre diversas desvalorizações históricas que precisam ser desconstruídas. Esta pesquisa baseia-se em entender o que os alunos pensam e absorvem deste contexto histórico para oportunizá-los novas discussões e reflexões sobre o que é imposto socialmente. Pesquiso nas africanidades reflexões sobre a construção da sociedade racista através do choque cultural no período colonial e como isso se estendeu na territorialidade de zonas periféricas. Inicialmente contextualizo a história da dança vinculada ao Brasil Colônia, logo uno a temática racial e complemento o ensino técnico da dança. Durante o semestre estas três etapas se unem e, por fim, organizamos uma coreografia conjunta, retiradas das vivências e problematizações mais marcantes. Esta atuação resultou numa melhora significativa na formação humana e técnica dos bolsistas, crianças e adolescentes do projeto que além de dançarem, entenderam as apresentações como ato político.

Lembranças cantadas: a prática do congo como processo de transmissão de saberes populares e fortalecimento da memória e identidade da vila de Regência Augusta

Patrícia Flávia dos Santos Cau & Ailton Pereira Morila

Regência Augusta faz parte do município de Linhares. Trata-se de um pequeno vilarejo,

rodeado pela foz do Rio Doce e o mar. A população vive da pesca, do artesanato e do turismo. Esses indivíduos são descendentes da miscigenação entre índios e brancos, comumente chamados de caboclo. Acima de tudo, são sujeitos cheios de histórias, vivência, experiências, de lutas, de saberes e fazeres. Ainda que seja uma comunidade pequena, de hábitos simples e vida calma, a região apresenta manifestações artísticas e culturais expressivas. Dentre elas, podemos citar as festas de Caboclo Bernardo, Festa dos Pescadores, Festa da Levantada do Mastro, Festa de Santa Catarina. As festas populares, as canções e os encontros são ações para celebrar coletivamente a tradição, e serve para fortalecer os laços que unem os indivíduos bem como atuam na manutenção da identidade coletiva desse determinado grupo. Como nas canções do Congo em que guardadas de memória ou improvisadas, elas falam de temas do cotidiano: o mar, o peixe, os santos. Trata-se de uma pesquisa de caráter social, de observação de práticas coletivas, de conversas sobre histórias pessoais e histórias em comum. Halbawchs (1990, p. 36) estudou o fenômeno da memória coletiva. Ele descreve que a memória "não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem freqüentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros." Nesse sentido, a metodologia empregada é a metodologia da história oral. Segundo Meihy (2015, p.17), "História Oral é um recurso moderno usado para elaboração de registros, documentos, arquivamentos e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos". A dinâmica de relação entre experiências passadas com a dinâmica do tempo presente resulta numa memória ressignificada, onde as lembranças se encontram e garantem a vivência dos valores e hábitos cotidianos do grupo.

Educação na cidade: o processo de modernização da cidade de Vitória em debate na formação de professores

Patrícia Guimarães Pinto & Priscila de Souza Chisté Leite

Este artigo apresenta pesquisa em andamento realizada no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades (PPGEH), do curso de Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades do Instituto Federal do Espírito Santo. A pesquisa integra o programa de formação de professores desenvolvido no Grupo de Pesquisa (CNPq) sobre Educação na Cidade e Humanidades (Gepech) e teve início em março de 2016. Esse estudo busca compreender o processo de modernização de Vitória, capital do Espírito Santo e também a elaboração de material educativo que fomente reflexão e práticas educativas sobre a história urbana desta cidade. A investigação utiliza como aporte metodológico a pesquisa intervenção com ações colaborativas de Freitas e Ibiapina e dialoga com autores que abordam a cidade de forma crítica, tal como Lefebvre, além de estudiosos da história de Vitória como Ferreira, Klug, Siqueira, Schutz-Foerste, entre outros. Utiliza a Pedagogia Histórico-Crítica para favorecer a mediação do saber sistematizado por meio da elaboração de materiais educativos e de formação de professores da educação básica composta por encontros teóricos e visitas a espaços da cidade de Vitória.

Vozes do combate à corrupção: o caso de Ribeirão Bonito (SP) de 1999 a 2010

Rafael Cláudio Simões

A corrupção é problema complexo e persistente. Seu combate demanda ação multidisciplinar, desde a cultura política da sociedade até o funcionamento das instituições, passando pela afirmação da transparência pública e da accountability. Problema internacional, o que se demonstra pela existência, entre outras, da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção, que demanda, conforme atestam autores como Philip Pettit (1999) e Peter Eigen (2002), a participação dos cidadãos para o seu enfrentamento e encaminhamento de soluções. A partir de 1999, um conjunto de cidadãos de Ribeirão Bonito (SP), construiu um movimento de combate à corrupção que se tornou referência para todo o país, a Amigos Associados de Ribeirão Bonito (AMARRIBO). A corrupção organizada em torno dos poderes públicos municipais, envolvendo gestores e servidores públicos e empresários da região, estendia-se a inúmeras áreas da administração pública, ocasionando danos aos cidadãos. Diversas iniciativas desenvolvidas pela AMARRIBO acabaram causando a reversão da situação, com a cassação do mandato do prefeito e vereadores e a adoção de políticas de transparência e combate à corrupção na municipalidade. A experiência da AMARRIBO, especialmente após o lançamento do livro O combate à corrupção nas prefeituras do Brasil, que relatava a experiência de Ribeirão Bonito e apresentava instrumentos eficazes de combate à corrupção, tornou a AMARRIBO nacionalmente conhecida, influenciando no surgimento de diversas ONGs pelo país e na organização de uma rede nacional de entidades de combate à corrupção. Para compreender a formação da AMARRIBO, bem como o desenvolvimento das lutas contra a corrupção na cidade e os resultados alcançados, esta comunicação toma por base os relatos de doze participantes da ONG. Essas entrevistas foram parte da dissertação de mestrado realizada pelo autor, aconteceram em outubro de 2013, sendo agora analisadas com o intuito de descortinar o papel dos cidadãos no combate à corrupção no âmbito local.

As práticas de alforria na desagregação do sistema escravista – Província do Espírito Santo

Rafaela Domingos Lago

Este trabalho versa sobre os padrões de alforrias na região central da Província do Espírito Santo entre 1871 e 1888. Pretendeu-se dar destaque a ação dos escravos – que tinham assegurada a liberdade caso obtivessem pecúlio suficiente para pagar por ela a partir de 28 de setembro de 1871 –, às redes de solidariedade que se formaram em torno das manumissões e as estratégias dos senhores nas "concessões" de cartas num momento de desagregação do sistema escravista. Para tanto foram analisadas as práticas de alforrias registradas em vinte e um livros do cartório do segundo ofício de notas do Juízo de Vitória. As informações baseiam-se em amostra de 155 cartas de liberdade contendo 171 escravos alforriados. Os estudos de alforrias na Província do Espírito Santo engrossam as fileiras de trabalhos que refutam a ideia de um

na Província do Espírito Santo engrossam as fileiras de trabalhos que refutam a ideia de um padrão único de alforrias para todo o Brasil e chamam atenção para a diversidade de características das manumissões, que variam de acordo com o lugar e período em foco.

Bar gay: Uma análise do caso Vitória a partir do roteiro turístico de Amylton de Almeida (1980)

Randas Gabriel

Esse trabalho parte da questão de como alguns espaços de sociabilização são categorizados como "bares gays" ou "bares LGBT" por uma parcela do seu público ser composto por lesbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros. Para isso é analisado os bares de Vitória-ES frequentados por homossexuais nas décadas de 1970 e 1980, por nesse período existir um contexto político autoritário e munido de concepções conservadoras. Esse diagnóstico parte do entendimento de que ser homossexual frequentador de uma vida pública em um contexto de controle político e social torna-se um ato de resistência e afirmação de uma identidade. É utilizado como fonte um roteiro turístico publicado no jornal Lampião da Esquina e uma entrevista feita com o capixaba Frederico Morothin. O roteiro turístico publicado no Lampião da Esquina, com todas suas limitações, confrontado a entrevista dada pelo capixaba Frederico Morothin, permite compreender que no início dos anos de 1980 a visão de "bar gay" nos bares de Vitória estava associada aos bares frequentados por expressões de homossexualidade desviantes dos padrões e gênero e sexualidade. A partir disso existem indícios que essa visão ganha o imaginário social no contexto da ditadura, pois a homossexualidade estava marcada por diversos estigmas.

Cotidiano, criminalidade e relações escravistas em Santa Luzia do Carangola (MG) – 1873 e 1888

Randolpho Radsack Corrêa

A presente proposta é fruto de pesquisa realizada com parte da documentação criminal para a região de Santa Luzia do Carangola – MG, nos anos finais do regime escravocrata no Brasil. Os processos criminais ora analisados, permitem caracterizar uma parcela das relações escravistas nesta região, estabelecendo uma tipologia para a criminalidade envolvendo escravos e livres em uma pequena cidade de aproximadamente quatro mil habitantes. A região de Santa Luzia do Carangola – MG, ocupada efetivamente em meados do século XIX, se localiza na parte leste da Zona da Mata Mineira. A referida análise apresenta alguns elementos importantes desta relação escravista, no que se refere ao campo da criminalidade, do tratamento aos cativos, da legislação criminal referente aos mesmos, da estrutura judicial e policial, juntamente com a convivência destes escravos em um sistema de exploração já em fase de superação. Ao mesmo tempo, remonta o passado de um município recém-criado nos fins do século XIX,

com grande potencial desenvolvimentista para o recorte proposto. É importante ressaltar que o presente trabalho se consolidou em um projeto de pesquisa, aprovado pelo Programa de Apoio à Pesquisa da UEMG em 2017. Tal abordagem conta com a contribuição de um pesquisador da estatística, que auxilia na análise e apuração dos dados coletados por software específicos (SPSS).

Corpo profano, pecado da carne: aspectos da sexualidade no medievo cristão ocidental

Roni Tomazelli

Em muitos aspectos, o temor à sexualidade e aos usos do corpo apresenta-se como catalisador dos processos de estigmatização de indivíduos e grupos no contexto da Cristandade medieval. Ao longo da Idade Média, e com especial ênfase a partir do Reforma Gregoriana no século XI, uma extensiva série de normatizações direcionadas ao controle do comportamento sexual de clérigos e leigos tiveram lugar privilegiado nos penitenciais, sermões e demais escritos eclesiásticos. O sexo era sinônimo de pecado, e como tal, responsável pelo desvirtuamento dos princípios do bom cristão. A conduta sexual e a consequente corrupção do corpo deviam, dessa maneira, ser postas sob constante vigilância afim de resguardar a salvação da alma. Frente a essa perspectiva, temos como prerrogativa elencar algumas questões sobre os estigmas direcionados às práticas sexuais no contexto da Baixa Idade Média que nos permitam orientar nosso do estudo do comportamento sexual no medievo e o posicionamento da Igreja frente a tais questões.

Violência contra a mulher: escovando o passado para o enfrentamento do presente

Rosely Silva Pires; Rosemery Casoli; Roberta Gouvea; Janilce Santos & Paula Melissa Gouvea

Este trabalho tem como objetivo apresentar discussões sobre o enfrentamento da violência doméstica realizada pela equipe multidisciplinar do Núcleo sócio-jurídico e cultural do projeto de Extensão da UFES, Fordan-CEFD que desde 2012 tem realizado o enfrentamento da violência contra a mulher e familiares com acesso a cultura, direitos sociais e jurídicos além de atividades de reflexão política, cultural, histórica e ideológica das violências. As atividades são realizadas as terças, quintas e sábado em São Pedro, sede social do projeto, atendendo um publico de 25 mulheres e 65 crianças e adolescentes em Vulnerabilidade. As pesquisas realizadas pela equipe juntamente com as intervenções semanais nos permite dialogar com dados estaduais e nacionais sobre violência contra a mulher porem apresenta algumas particularidades referente a território atendido. No seminário organizado pelo projeto com o título "Problematização e Enfrentamento a violências: soluções penais, inclusivas e culturais", apresentamos uma metodologia de trabalho com a cultura evidenciando a importância da reflexão sobre as

permanência e reedições histórica do Patriarcado que imprimi a ideologia de objetivação da mulher. Dialogando com autores como Hannah Arendt, Simone de Beauvoir, Beatriz Nader, Catarina Gazele, Walter Benjamin, Vanessa Cavalcanti e Gizlene Neder, MINAYO, Maria Cecília. A ultima pesquisa realizada nos dá pistas importante para nossas atividades de enfrentamento da violência vivenciada pelas mulheres acolhidas pelo projeto. A primeira dela é como historicamente a arte tem se colocado como possibilidade de empoderamento e libertação de mulheres, que vivenciam cotidianamente a violência domestica. Um importante exemplo estudado é Artemísia Gentileschi, pintora italiana do inicio do século XVIII, que com seu fazer artístico pautado na subjetividade feminina, faz do corpo dócil, um corpo transgressor. Nossas intervenções e pesquisas, traz, a narrativa de histórias de vida de mulheres que sofrem violência domestica e como a arte se apresenta como forma de enfrentamento à misoginia e ao domínio masculino. Propomos a metodologia de trabalho com a cultura entrelaçada com reflexões sobre as permanência e reedições histórica do Patriarcado que imprimi a ideologia de objetivação da mulher.

A questão indígena na sociedade peruana do fim do século XIX e o princípio do século XX

Ruth Cavalcante Neiva

O objetivo desta comunicação é refletir sobre como o "problema indígena" foi pensado pela intelectualidade do Peru no contexto das duas últimas décadas do século XIX e das três primeiras décadas do século XX. Para tanto, serão analisadas algumas obras de indivíduos que pensaram o lugar do indígena na sociedade peruana no processo de construção de uma identidade nacional para país. Autores como Clemente Palma, Manoel González Prada e Clorinda Matto de Turner terão seus escritos utilizados como fontes para pensar esta questão. Palma analisou o índio a partir dos prismas do racismo científico. Prada negou o determinismo biológico e apostou na capacidade de progresso destes indivíduos, desde que eles fossem educados. Com o uso da literatura, Matto de Turner inaugurou o indigenismo literário no Peru. Refletir sobre a pluralidade e complexidade de representações do indígena construídas pela elite pensante peruana é a meta deste trabalho.

A ética e concepção religiosa de Isidoro de Sevilha: o "livro das Sentenças"

Sergio Alberto Feldman

Isidoro de Sevilha, cognominado o Hispalense viveu numa era de transição, que se sucedeu a queda do império Romano do ocidente, no final do séc VI e na primeira metade do séc. VII. Irmão do bispo de Leandro de Sevilha, sucedeu-o na diocese hispalense. Autor de vasta obra exegética e doutrinária, fundamentada no saber clássico e na patrística, foi conselheiro de reis, líder de dois concílios da igreja ibérica. Muitos o consideram um dos últimos "padres

da igreja", Sua obra exegética objetiva provar a verdade da fé cristã, através de leitura alegórica e tipológica. Sua maior obra teológica foi o "Livro das Sentenças", no qual explica toda a sua concepção de mundo: Deus, homem, igreja, os pecados, o castigo, a oração, a "lectio divina", a política e o final dos tempos. Nossa apresentação pretende descrever e analisar a visão de mundo isidoriana, vista através do prisma da luta do Bem e do Mal, do confronto entre as boas ações e os pecados, que emana desta obra. A vida humana é o palco da luta das virtudes contra os vícios/pecados (De pugna virtutum adversus vitia). Tudo o que for prazer carnal, é definido como uma armadilha, uma tentação que leva o homem a cair nos braços do Diabo. Para vencer as tentações do Diabo e da carnalidade deve se elevar aos céus, a Deus. A ação humana que rechaça o pecado e se distancia dele é denominada por Isidoro pelo termo-conversão.

Samuel Levy: um judeu francês em Cachoeiro de Itapemirim (Espírito Santo)

Silvana Maria Gomes da Rocha

Samuel Levy nasceu em 1839, na Alsácia, em um período cuja região estava sob o controle francês. Durante o processo da Unificação Alemã e a Guerra Franco-Prussiana (1870 - 1871), existem notícias que o mesmo Levy, então cidadão francês e autodeclarado judeu, praticava uma pequena atividade comercial no Brasil, no norte-fluminense. Enquanto isso, recrudescia a perseguição aos judeus na Europa e o governo brasileiro não demonstrava nenhuma simpatia em relação a esses imigrantes. Mas mesmo assim, por volta dos anos 1870, Samuel Levy fixou-se definitivamente em Cachoeiro de Itapemirim, onde abriu um empório no qual vendia as mais diversificadas mercadorias. Ao escolher uma cidade que simultaneamente oferecia boas perspectivas comerciais, bem como estava relativamente distante do Distrito Federal – Rio de Janeiro - e da capital do Espírito Santo – Vitória -, Levy conseguiu permanecer menos exposto aos problemas decorrentes de ser um judeu e ampliou significativamente seus negócios. Embora solteiro, reconheceu seus dois filhos – Alfredo e Carly – e os legou a maior parte dos bens amealhados durante a vida. Uma dessas propriedades - a fazenda localizada na margem norte do rio Itapemirim - começou ser loteada por seus herdeiros, no início do século XX. A venda dos respectivos lotes intensificou a urbanização da região central - bairro Aquidaban - de Cachoeiro de Itapemirim.

A crise social brasileira como reflexo da crise política nacional

Sérgio Rodrigues de Souza

Este ensaio aborda uma questão que envolve a crise social brasileira como reflexo da crise política nacional. Sua relevância científica se encontra no fato de que permitirá avanços no campo da discussão acadêmica acerca de soluções viáveis para o problema da crise social e política que instalou-se de maneira muito acentuada nos últimos anos fazendo com que muitas

pessoas perdessem seu desejo de empreender. Sua relevância social encontra-se no fato de que poderá apresentar para a população que a crise que enfrentam não é de caráter sócio humanístico e sim de cunho político; portanto, a solução no poderá ocorrer de cima para baixo, se não, pelo contrário. O objetivo com este trabalho é analisar como uma questão política não bem tratada sob o ponto de vista científico e administrativo pode contaminar toda a nação, provocando perda de entusiasmo em todo o sistema social indo desde a micro sociedade até macroestrutura gerencial. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, factual, analítica, tendo como fundamento a situação político-social que atravessa a nação brasileira na atualidade. Assumiu neste trabalho o enfoque materialista-dialético por compreender que é o método que melhor apresenta condições de revelar os aspectos internos e externos do objeto, suas causas e consequências com a realidade objetiva. Em uma democracia é impossível pensar a política isolada de todo a conjuntura que a envolve e quando isto é deixado à margem da proposta ordinária do governo o resultado esperado só pode ser uma crise que vai aumentando exponencialmente até culminar em derrocada do governo ou em guerra civil armada. Conclui-se que a instabilidade política tem sido a causa principal de todo descontrole que tem conduzido a nação brasileira ao estado de exceção experimentado nos últimos anos.

Análise da política indígena e indigenista adotada no Aldeamento de Itambacuri (1873-1889)

Tatiana Gonçalves de Oliveira

Este trabalho, tendo em vista contribuir com a historiografia acerca da história dos índios no Brasil, principalmente no que tange às análises das relações sociais, políticas e culturais nos aldeamentos, propõe o entendimento acerca da política indigenista e indígena adotada na província de Minas Gerais entre os anos de 1873 e 1889. Escolhemos como objeto de análise o Aldeamento dos Índios de Itambacuri, fundado em 1873 no norte de Minas Gerais por missionários italianos da ordem dos Capuchinhos. A escolha desse aldeamento foi motivada pela sua duração maior em relação aos outros aldeamentos criados no mesmo período, pela sua importância e centralidade para o entendimento da política indigenista provincial e imperial. Ao problematizar a organização social e o cotidiano do Aldeamento de Itambacuri, busca-se, também, analisar as relações interétnicas entre os diferentes sujeitos que vivenciaram aquela experiência, evidenciando os aspectos marcantes de uma política indígena construída a partir dos conflitos e negociações com os agentes indigenistas. Incluem-se nesse cenário as elites locais e provinciais que buscavam seus domínios sobre as terras do vale do Mucuri, além do controle sobre a mão de obra indígena daqueles "sertões". É importante salientar que, a experiência provincial da política indigenista praticada em Minas foi pensada em consonância com as diretrizes e propostas vindas da corte, que de certa maneira, eram ancoradas numa "cultura política" que se propunha para resolver a "questão indígena" nas províncias do Império.

Reflexões sobre uma sociedade em degradação: Theodore Dalrymple e o conservadorismo político contemporâneo

Tito Souza da Silva

Este trabalho tem como objetivo pontuar algumas notas sobre o conservadorismo contemporâneo a partir dos textos do escritor britânico Theodore Dalrymple. Para cumprir tal propósito, faremos uma breve análise da história do pensamento conservador, seguindo a premissa que, desde a sua gênese com os escritos de Edmund Burke sobre a Revolução Francesa, o conservadorismo pode ser interpretado como uma ideologia de emergência, pois emerge em contextos críticos, onde os fundamentos institucionais de determinada sociedade estão sob ameaça. A visão de Dalrymple sobre a sociedade contemporânea, portanto, também é caracterizada por este aspecto emergencial, que se manifesta em suas análises sobre história, política e cultura, as quais serão aqui apresentadas.

A Arquitetura como uma chave de leitura para o entendimento do Estado Novo

João Henrique dos Santos; Valquíria Cordeiro da Vitoria & Marcela Sarnaglia

O período do Estado Novo no Brasil, iniciado formalmente em 1937, com a adoção da Constituição alcunhada de Polaca , e somente encerrado em 1945, com a redemocratização do país, pode ser entendido sob diversos prismas. A Arquitetura se presta também a servir como chave de leitura para esse importante período da História do Brasil, mostrando que alguns dos monumentos erigidos durante esse octênio, especialmente alguns edifícios públicos, refletem o movimento pendular do Governo Estadonovista em seu alinhamento com potências estrangeiras.

Moda, Mídia, Consumo e Meio Ambiente: sob os holofotes dos três primeiros episódios do programa 'DESENGAVETA', do canal GNT

Vanessa Endringer Ribeiro

A Natureza é um legado que deixamos para as futuras gerações. A interferência do homem no meio ambiente reflete em mudanças, muitas vezes, irreparáveis. Atualmente a humanidade passa por uma grande crise socioambiental e a preocupação com a formação da consciência ambiental em níveis regional, nacional e internacional é colocada em debate já que existe a necessidade da construção de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável. Problemas ambientais continuam sendo um grande desafio social e político que precisam de solução na construção de uma nova sociedade, que tem como alvo ser sustentável. Ao tratar da responsabilidade de cada um dos segmentos na transição para uma sociedade sustentável é imprescindível citar também a indústria da moda. A proposta deste artigo é discutir a relação 'consumo X

O Boko Haram e a crise de refugiados nigerianos

Vinícius Pereira Saiter

O alastramento das atividades de grupos terroristas embasadas no fundamentalismo religioso tem sido um tema de destaque no atual cenário internacional uma vez que representam uma ameaça à paz e à segurança mundiais. Diante disso, esta pesquisa propõe averiguar, por meio de análise bibliográfica e documental, a formação e ascensão do grupo radical islâmico Boko Haram na Nigéria, bem como suas implicações na crise de refugiados sofrida pelo país nos últimos anos. Desde 2002, esse movimento terrorista tem tentado combater a influência ocidental em seus domínios e instaurar uma República Islâmica com respaldo na Sharia, a lei islâmica. Entretanto, para alcançar tais objetivos, o grupo comete atrocidades, como o sequestro de 276 garotas nigerianas em 2014 para servirem, em sua maioria, como instrumentos de negociação e escravas sexuais. Por conta de casos como esse, a crise de refugiados nigerianos persiste, fato que desperta a preocupação da comunidade internacional no que tange a perpetuação do grupo terrorista e os seus impactos sobre a população, principalmente o deslocamento de grande parte dela. Visto que o desenvolvimento da pesquisa está em seu estágio inicial, as conclusões apontadas, que destacam a relação do Boko Haram com a crise de refugiados nigerianos, são provisórias, pendentes de discussão e análise mais amplas.

A imprensa e o movimento agrário: o caso do movimento udelinista em Cotaxé

Victor Augusto Lage Pena

Esta comunicação tem por objetivo analisar as representações criadas do Movimento Udelinista na imprensa nacional. Esse que foi um movimento organizado pelos posseiros da região contestada entre o Espírito Santo e Minas Gerais, com foco no vilarejo de Cotaxé, liderado por Udelino Alves de Matos. Tal analise conta com jornais impressos das décadas de 1940 e 1950, período de existência do movimento, além de matérias jornalísticas de caráter memorial, que relembrava o ocorrido na região. Foram analisados jornais com posicionamentos políticos divergentes, como o Folha do Povo e o Folha Capixaba, ambos com redações localizadas em Vitória. Para compreendermos as representações existentes na imprensa, analisamos documentos oficiais de governo, e memórias de moradores da região. É notável como há um conflito de representação sobre o Movimento Udelinista. Ora ele é entendido como criminoso, que invade as terras dos fazendeiros, provocando a violência na região, e ora é compreendido como um movimento legítimo, de luta por acesso e permanência a terra naquele território. Dentro desses conflitos de representação, a comparação da organização dos posseiros com o movimento de Canudos, liderado por Antonio Conselheiro, está muito presente. Devemos destacar que a discussão sobre o caráter messiânico dos udelinistas permeia esse conflito de representação, assim como nos demais movimentos sociais do campo, que em sua maioria são estigmatizados como

A imprensa e o movimento agrário: o caso do movimento udelinista em Cotaxé

Victor Augusto Lage Pena

Esta comunicação tem por objetivo analisar as representações criadas do Movimento Udelinista na imprensa nacional. Esse que foi um movimento organizado pelos posseiros da região contestada entre o Espírito Santo e Minas Gerais, com foco no vilarejo de Cotaxé, liderado por Udelino Alves de Matos. Tal analise conta com jornais impressos das décadas de 1940 e 1950, período de existência do movimento, além de matérias jornalísticas de caráter memorial, que relembrava o ocorrido na região. Foram analisados jornais com posicionamentos políticos divergentes, como o Folha do Povo e o Folha Capixaba, ambos com redações localizadas em Vitória. Para compreendermos as representações existentes na imprensa, analisamos documentos oficiais de governo, e memórias de moradores da região. É notável como há um conflito de representação sobre o Movimento Udelinista. Ora ele é entendido como criminoso, que invade as terras dos fazendeiros, provocando a violência na região, e ora é compreendido como um movimento legítimo, de luta por acesso e permanência a terra naquele território. Dentro desses conflitos de representação, a comparação da organização dos posseiros com o movimento de Canudos, liderado por Antonio Conselheiro, está muito presente. Devemos destacar que a discussão sobre o caráter messiânico dos udelinistas permeia esse conflito de representação, assim como nos demais movimentos sociais do campo, que em sua maioria são estigmatizados como movimentos messiânicos. Para auxiliar nesta discussão, foram utilizados os conceitos de representação de Roger Chatier, de memória cultural e memória comunicativa de Aleida Assmann, além do conceito de messianismo a luz das ideias de Maria Isaura de Queiroz e Mauricio de Queiroz.

História Oral e memória: Quem são Tati, Sthefany e Dani? Três gerações diferentes, a mesma luta para viver a transexualidade

Viviane Anselmé da Silva Couto

O presente texto pretende trazer algumas reflexões sociais e políticas relacionadas a transexualidade através da metodologia de História Oral. A ideia é despertar, através do depoimento de três transexuais, suas dificuldades para viver em sociedade e fazer uma relação entre suas vidas e os trabalhos sobre memória e identidade. A intenção é apresentar situações cotidianas enfrentadas pelas pessoas transexuais que, muitas vezes são vítimas de exclusão e discriminação. A fonte oral acrescenta uma experiência viva e documentos reais, fatores importantes para o estudo da sociologia. Assim, o que se pretende é esclarecer as questões relacionadas ao uso da oralidade como fonte e aproveitar desta metodologia para dar voz à essas pessoas que convivem com o preconceito. A intenção é encontrar dentro da bibliografia de autores como Halbwachs, Geertz e Pollak, relacionados aos estudos de memória e identidade, questões que remetam ao

tema “memória” e trazer à tona para contextualizar a realidade da transexual.

Direitos dos refugiados como direitos humanos: processo histórico de construção

Viviane Mozine Rodrigues & Rafael Cláudio Simões

O cenário internacional está marcado, contemporaneamente, entre tantos temas de relevância, pela questão dos refugiados. O número de pessoas deslocadas no mundo, segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) já superou os 60 milhões em 2016. Esses milhões de seres humanos estão localizados em toda parte do globo, em que pese sua maior concentração na Ásia e na África, destacadamente no Oriente Médio, reflexo da crise e da guerra na Síria, com mais de seis anos de duração, iniciada que foi em março de 2011, mas também no Iraque, Líbia e Afeganistão. Vozes erguem-se questionando o direito desse grupo de pessoas, como se a situação atual fosse excepcional e não justificasse nenhuma ação da comunidade internacional. Diante desse cenário, urge reconstruir os processos que levaram a construção dos direitos dos refugiados como parte integrante do conjunto de direitos humanos. Assim, pois, analisaremos, num primeiro momento, o impacto das duas guerras mundiais, ou totais, do século XX (1914 – 1918 e 1939 – 1945), depois uma retrospectiva da construção dos direitos humanos, tomando como ponto de partida a questão dos direitos individuais, a partir de fins do século XVII, e a posterior construção dos direitos humanos, a partir de fins do século XVIII, para, enfim, discutirmos a política de refúgio numa perspectiva histórica até o seu alvorecer no pós-Segunda Guerra Mundial. Fazemos ainda alguns apontamentos sobre a questão da integração dos refugiados nos Estados receptores, e destacamos de modo breve o papel dos diversos atores envolvidos neste processo. Esta comunicação busca apontar aqueles que foram os elementos centrais no processo de construção dos direitos dos refugiados, tanto no que se refere ao seu ordenamento jurídico mais geral, quanto da base teórica que lhe dá sustentação.

Redes governativas: a atuação da família Azeredo na Capitania do Espírito (Séc. XVI-XVII)

Wanderson Santos de Almeida

A proposta do nosso trabalho é fazer uma discussão acerca da participação da família Azeredo no governo da Capitania do Espírito Santo nos séculos XVI até meados do século XVII. Dentre os vários cargos políticos ocupados pelos membros dessa família está o de capitão-mor. Dessa forma, por diversas vezes os “Azeredo” estiveram à frente da capitania, tendo em vista que na ausência do donatário, a responsabilidade da governança recaía sobre o capitão-mor. Nosso trabalho discorrerá sobre a atuação de Belchior de Azeredo, eleito e aclamado pela Câmara de Vitória como capitão-mor, após a renúncia e destituição de Vasco Fernandes Coutinho, primeiro capitão-donatário da Capitania do Espírito Santo, dando início à hegemo-

nia política e econômica que essa família gozou nas duas primeiras centúrias de nossa história colonial. Além disso, analisaremos como essa figura foi representada nos documentos da época, sobretudo nas cartas enviadas pelo padre jesuíta Brás Lourenço e pelo governador-geral Mem de Sá, em nossa opinião muito importante para a legitimação de Belchior de Azeredo enquanto chefe político e militar, tendo em vista que sua família se tratava de cristãos-novos. A capitania do Espírito Santo será estudada dentro de uma perspectiva corporativa, pluricontinental e sinodal da monarquia portuguesa. Nossa análise partirá de pesquisas anteriores acerca da capitania do Espírito Santo, de estudos acerca de outras porções da América Lusitana e da análise das fontes.

Panorama histórico-cultural dos conflitos na guerra da Argélia: a França como coadjuvante

Welliington Rogério da Silva

A guerra de descolonização da Argélia é considerada uma das mais sangrentas da história da colonização na França. Desde a formação dos movimentos sindicais e políticos, no início do século XX, as tensões aumentavam na mesma medida em que a Argélia, pela primeira vez em sua história, decidia pela formação de um Estado-Nação moderno. Diante das primeiras migrações no início do século em questão - por necessidade de mão de obra na França - o argelino se vê como ator diante de sua então Metrópole, onde aprende a se engajar politicamente. Todavia, esses mesmos aspectos sociais se misturaram aos valores culturais por eles adquiridos no ocidente, fenômeno que discorreu em outras migrações, tanto voluntárias quanto por razões econômicas na Argélia. Em face disso, uma via de mão dupla, entre o desejo de liberdade e de progresso cultural com valores ocidentais, parece ter feito do argelino um povo migrante e de certo modo um sujeito desejante dos valores culturais franceses. Esse paradoxo resultou em uma história que se faz até o presente momento e, segundo alguns historiadores, que ainda está longe de terminar. Contamos para esta comunicação com alguns pensadores franceses e magrebinos, com vistas a perceber de modo mais abrangente dois olhares que se cruzam dentro de um mesmo fenômeno, tais co58

O processo contra Pelágio: o discurso de Agostinho de Hipona sobre o Sínodo de Dióspolis (415 d.c.)

Raphael Leite Reis

O objetivo desta comunicação é apresentar uma breve análise das intenções, dos argumentos principais e dos posicionamentos teológico e político do bispo Agostinho de Hipona em sua obra De gestis Pelagii, tomando por base o seu discurso contra o pelagianismo. Por meio desse texto escrito em meados de 417 d.C., o autor se propôs examinar os procedimentos

realizados no sínodo de Dióspolis, ocorrido em 415 d.C. no oriente romano, onde Pelágio fora absolvido pelos catorze bispos presentes no concílio de todas as acusações que lhe haviam sido imputadas, o que àquela altura contribuiu para que a controvérsia com os pelagianos se exacerbasse e favorecesse uma indisposição institucional entre setores da Igreja com implicações no âmbito doutrinário: de um lado, os bispos africanos, ferrenhos opositores do movimento pelagiano (dentre estes, Agostinho) e declarados defensores da doutrina da graça de Cristo; de outro, os pelagianos, defensores das ideias da natureza humana isenta do pecado original e do pleno livre-arbítrio da vontade; havia ainda, os bispos orientais, responsáveis por inocentar o monge bretão e declará-lo ortodoxo; e em meio a todos, o bispado de Roma, ora favorável à posição africana, ora favorável à Pelágio. Através deste excerto, portanto, pretende-se expor pontualmente aspectos históricos de uma fonte pouco explorada e trazê-los à discussão.

Eis os estrangeiros: a presença imigrante nas mensagens do executivo ao legislativo no Espírito Santo entre 1850 e 1930

Cione Marta Raasch Manske

No Brasil dos oitocentos a imigração se consolida por investimentos, mobilidade de pessoas, criação de leis e órgãos públicos. Mas, tal estrutura não desataria as expectativas e a tensão nacionalista que se constituía, destaques nas mensagens do executivo capixaba ao legislativo de 1850 a 1930, período de relevância do tema no Espírito Santo.

Una mirada a la crisis institucional venezolana: la Sala Constitucional del Tribunal Supremo de Justicia

José Angel Cornielles Hernández

La crisis institucional actual de Venezuela puede abordarse desde diversas ópticas, una de ellas es el papel determinante que ha tenido el Poder Judicial en algunos de los casos políticos y económicos más resaltantes de los últimos años. El partido de gobierno que se mantiene en el poder desde 1998, enfrenta una severa crisis que generó los decretos de "Estado de Excepción y Emergencia Económica" del Presidente de la República y la promoción de la recientemente instalada Asamblea Nacional Constituyente, lo anterior, sustentado en decisiones de la Sala Constitucional del Tribunal Supremo de Justicia, que ha asumido y redistribuido competencias de los demás poderes públicos e incluso ha suprimido totalmente a la nueva Asamblea Nacional dominada por la oposición. Estos hechos han puesto en duda el carácter democrático del gobierno por la influencia que se ha evidenciado en los demás poderes públicos. En Venezuela, conforme la Constitución de la República de 1999, corresponde a la Sala Constitucional del Tribunal Supremo de Justicia ejercer la jurisdicción constitucional, lo que implica interpretar con efecto vinculante el contenido y alcance de la Constitución, lo cual puede ser considerado

una innovación pero no la primera recepción en el ordenamiento jurídico venezolano de institutos propios del Common Law lo que representa un cambio en el entendimiento que se tenía en el país respecto de las fuentes del Derecho. Ahora bien, antes de afrontar el tema relativo a la teoría de los precedentes en Venezuela, es preciso poner atención a otros puntos previos e indispensables para su construcción, esto es, la necesidad de revisión del procedimiento para la designación de jueces que conforman esa máxima instancia para garantizar su independencia y el modo de funcionamiento que debe adecuarse al modelo de precedentes incorporado en el artículo 335 de la Constitución de 1999.

A violência contra a mulher e o discurso jurídico: um estudo de processos criminais do Município de Vila Velha/ES – 1965-2015

Maria Angela Rosa Soares

O presente trabalho visa analisar os processos criminais que envolvem violência contra a mulher no Município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, no período de 1965 a 2015, a fim de compreender mudanças e permanências que o discurso jurídico engendra, bem como identificar eventuais relações entre esse discurso e o índice de crimes que envolvem gênero no município pesquisado. Parte-se do pressuposto de que o discurso jurídico apresenta vieses ideológicos e simbólicos, decorrentes de fatores sócio-históricos e culturais que reproduzem a visão patriarcal e misógina presente no imaginário social brasileiro, interferindo na qualidade do atendimento às mulheres em situação de violência. O objeto da pesquisa se insere na História do Direito a partir do entendimento de que o Direito é um campo cujas ideias circulam na cultura política e que a prática jurídica mantém valores tradicionais que não incorporam a visão de mundo em um sentido plural e, assim, oferece uma resposta pragmática, pautada na materialidade do crime, sem considerar a complexidade das relações sociais. A justificativa da pesquisa se pauta nos dados apresentados no Mapa da Violência 2015 em que se observa que o estado do Espírito Santo é o segundo colocado no país em violência contra a mulher e que, dentre os 100 municípios com mais de 10.000 habitantes do sexo feminino com as maiores taxas médias de homicídio de mulheres por 100.000 mulheres, estão os quatro municípios da Grande Vitória: Serra, Cariacica, Vila Velha e Viana. A violência contra a mulher não é um problema exclusivo do Brasil ou de países menos desenvolvidos, é um fenômeno sócio-histórico abrangente e afeta mulheres independente de classe, cor, religião, nacionalidade, região de origem ou outra categoria. Tem origem em uma construção histórica de subordinação e consequente invisibilidade da mulher nas diversas esferas sociais o que motiva o encaminhamento da pesquisa em questão.

A alfândega na capitania do Espírito Santo: fiscalidade no período filipino

Anna Karoline da Silva Fernandes

Essa é uma pesquisa inicial sobre a Alfândega do Espírito Santo durante a União das duas Coroas (1580-1640). Nesse momento, a América lusa e os demais territórios portugueses no ultramar passaram para os domínios da monarquia dos Habsburgo, e as duas Coroas, hispânica e lusitana, ficaram unidas no corpo físico de um só rei. Entendemos que a administração colonial ganhou maior complexidade no governo filipino e que a área fiscal foi uma preocupação naquele contexto. O estudo da fiscalidade busca compreender as atividades da Alfândega do Espírito Santo, instituição responsável pela arrecadação fiscal, pelo controle do tráfego de mercadorias e pela fiscalização das rendas da Coroa, mas também palco de atividades ilícitas, sobretudo pelos envolvidos com as atividades alfandegárias.

Da pena ao problema público das altas taxas de homicídio

Marco A. B. Costa

A hipótese que exploro neste do trabalho é uma provocação dos limites nos quais o assassinato se torna efetivamente um motivo de preocupação pública para a sociedade brasileira, diante de quadros concorrentes de indignação, pena e tolerância. Tendo em vista que o assassinato, não obstante o aumento de sua frequência nos últimos anos nunca foi um fato incomum no Brasil, foram investigados documentos históricos com o objetivo de identificar a transformação dos homicídios de um problema particular, moral, para um problema público; a passagem de um processo de alienação genérica para alienações específicas; do sentimento de pena para o sentimento de indignação.

O Processo Inquisitorial 8064 de 1761: a trajetória do jesuíta Gabriel Malagrida junto ao Santo Ofício luso

Guilherme Marchiori de Assis

O presente artigo se inscreve na relação entre a História e o Direito, buscando avaliar de que forma um indivíduo específico, sua trajetória e sua teia de relações e significados sociais nos informam sobre as transformações na relação entre as instituições seculares e a Igreja no Portugal do Setecentos. Seu personagem central é o jesuíta italiano Gabriel Malagrida que, após uma vida de dedicação missionária nos quadros da colonização brasileira, cai em desgraça diante da corte, sofrendo pesado processo sob o Tribunal da Inquisição durante o governo do seu sucessor, D. José I (1750-1777), do qual saiu sentenciado à morte. No Reino, após as vicissitudes do Terremoto de 1755, Malagrida critica duramente a política portuguesa, sendo em seguida acusado de heresia pela Inquisição, julgado e sentenciado à morte, num período sumário de apenas dois anos (1759-1761), processo 8064 (ANTT). Condenado ao garrote vil e queimado na Praça do Rossio, em Lisboa, Malagrida é publicamente supliciado em 1761. O

processo inquisitorial em questão, amplamente conhecido pela tradição historiográfica lusa, mas pouco debatido diante dos recentes estudos sobre as instituições jurídicas e políticas do Portugal moderno, permanece envolto em múltiplas questões. Com a análise deste importante documento é possível verificar quais os componentes políticos que envolveram a mudança na sorte do jesuíta e como estes poderiam elucidar a relação entre indivíduo, Estado e sociedade no período em questão. Importante ressaltar que o período entre a acusação e o julgamento (1759-1761), coincide com a implantação de amplas transformações, caracterizadas pelo reformismo ilustrado do governo do marquês de Pombal que, por sua vez, produziram também importantes mudanças no que diz respeito à ingerência do Estado sobre a Igreja. Como um importante mecanismo da expansão marítima lusa, o padroado constituiu o vínculo entre o Estado e a Igreja que permitiu a efetivação do projeto de conquista religiosa. Combinação de direitos, privilégios e deveres concedidos pelo papado à coroa de Portugal, o padroado definiu a participação de homens como Gabriel Malagrida na faina colonizadora, estabelecendo seus lugares sociais e políticos, francamente ameaçados com o advento do reformismo ilustrado.

Instituições políticas de um Portugal moderno: a reforma das Secretarias de Estado no reinado de D. João V (1746)

Julio Cesar da Costa Silva

No alvorecer da Era Moderna, a Europa, como um todo, passa por uma efervecência de descobertas e ideias, que alteram profundamente a sua cultura tradicional. Este processo trouxe consigo, novas necessidades político-administrativas, particularmente aos territórios que possuiam grandes impérios ultramarinos, como o caso de Portugal. A coroa lusitana precisaria preparar todo um aparato burocrático necessário para administrar com eficácia o espaço colonial. Este trabalho tem como objetivo analisar essas estruturas, dando destaque em particular para a reformulação das Secretarias de Estado em meados do século XVIII. Para tanto, pretendemos utilizar de alguns escritos do século XIX sobre o Marquês de Pombal que apresentam como a política estava organizada quando o mesmo alcança a benesse ministerial, como, por exemplo, a Obra comemorativa do Centenário da Sua morte, do Club de Regatas Guanabarense.

D. Maria: a formação da Princesa do Brasil

Ana Lucia de S. Abenassiff

O longo reinado de Dom João V (1707-1750) caracterizou-se por apresentar várias transformações tanto no plano interno ao Reino quanto em relação à configuração de seu vasto império colonial. Naquele período, Lisboa vivia plenamente os significados de capitalidade, ao passo que Portugal definia-se como um Estado de segunda grandeza, apesar de suas possessões

coloniais. Foi durante esse período que nasceu D. Maria, a primeira rainha reinante de Portugal. Com vistas a compreender sua trajetória, buscamos, neste trabalho, analisar o processo de formação da futura rainha, na relação com o contexto luso, no qual ela estava inserida. Para isso, propomo-nos a apresentar alguns elementos que compunham o cotidiano dessa formação em termos curriculares, o que incluía uma gama variada de conteúdos tais como retórica, latim, francês, desenho, pintura, entre outros, bem como o que envolvia o trabalho dos mestres que a acompanhavam. Conclui-se que a educação recebida por D. Maria fazia jus à formação recebida pelos príncipes e pela alta nobreza, de modo que a habilitou para ocupar o trono português.

Escultor de el-rei: Machado de Castro de Coimbra na corte lusa (1770-1787)

Juliano Gomes

Esta comunicação tem como objetivo central apresentar os resultados parciais de nossa pesquisa sobre a trajetória do escultor Joaquim Machado de Castro (1731-1822), no quadro da Modernidade Ibérica, em Portugal, e suas particularidades no que tange aos usos áulicos da arte e a condição do artífice na Corte brigantina do Setecentos. Buscamos recompor os contextos que marcaram sua ascensão dentro da corte, assim como as redes de interlocução articuladas por Machado de Castro nesse transcurso. Dada a longevidade da atuação profissional de Machado de Castro, optamos por um recorte que traduz, em nosso entendimento, o ponto máximo de sua carreira, 1770-1787. O marco inicial refere-se à vitória no concurso régio de 1770 para a execução da Estátua Equestre de D. José I, descerrada em 1775. Tal evento marca a fixação do escultor na corte e o início de uma série de mercês que lhe permitiram uma posição de destaque frente a seus pares. Interessa-nos acompanhar os meandros de tais articulações, que resultaram em sua designação como Escultor da Casa Real (1782) e, finalmente, na abertura das Aulas Públicas do Desenho Nu, em 1787, sob sua direção. Acompanhar a trajetória política de Machado de Castro passa por esquadrinhar sua rede de sociabilidade, para compreender seu contributo, assim como sua relação com os artistas coevos que atuaram em trabalhos conjuntos ou paralelos aos seus na Corte lusa. Para além disso, interessa refletir sobre as finalidades as quais se destinavam os trabalhos de arte encomendados pelo Estado português, em momentos distintos, entre o governo josefino (1750-1777) e o mariano (1777-1816), dentro da lógica do Ancien Régime. Para tanto, lançamos mão de algumas obras essenciais, dentre as quais destacamos a Descripção analytica da execução da estatua equestre, erigida em Lisboa á gloria do Senhor Rei Fidelíssimo D. José I (1810), de Machado de Castro, também a Colecção de Memórias, relativas a's vidas dos pintores, e escultores, architectos, e gravadores portuguezes, E dos Estrangeiros, que estiverão em Portugal (1823) do pintor Cyrillo Volkmar Machado e por fim a compilação intitulada Joaquim Machado de Castro – Escultor Conimbricense. Notícia Biográfica e Compilação dos seus Escritos Dispersos (1925), organizada por Henrique de Campos

Ferreira Lima. Este é um trabalho de cunho biográfico que visa, sobretudo, reconstituir essas trajetórias a partir dos apontamentos de Pierre Bourdieu (1996), Sabina Loriga (1998) e outros.

"Para adiantamento da Instrucção Nacional, perfeição das Sciências e das Artes: o Plano de Estatutos (1780) como eixo norteador das produções da Academia Real das Ciências de Lisboa"

Marina Galvão Prezotti

O texto a ser apresentado no evento versa sobre os conhecimentos iniciais obtidos na construção de um projeto de Iniciação Científica, que será realizado nos anos de 2017/2018. Essa pesquisa está inserida no projeto: "Ciência a serviço do Reino: sociabilidade intelectual e reformismo ilustrado nas últimas décadas do Império Atlântico português", da Profa. Dra. Patrícia Maria S. Merlo. A pesquisa tem como objetivo analisar o Plano de Estatutos da Academia das Ciências de Lisboa, de 1780. A partir do documento citado, buscaremos entender como as diretrizes estabelecidas se encaixam no contexto interno da academia e reflete aspectos da sociedade portuguesa do Antigo Regime. Através da fonte primaria em questão, objetivamos: a. Caracterizar o processo que resultou na fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa; b. Analisar o contexto que se deu a criação do Plano de Estatutos em que convierão os primeiros sócios da Academia de Sciencias de Lisboa com beneplácito de Sua Magestade, em 1780; c. Identificar os principais colaboradores na criação do Plano de Estatutos; d. Esquadrinhar as linhas programáticas estabelecidas no Plano de Estatutos e sua aplicação nas produções da instituição. O nosso objeto de pesquisa encontra-se transcrito no segundo volume da série História dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artisticos de Portugal nos successivos Reinados da Monarquia de José Silvestre Ribeiro, publicado no ano de 1872 e que se encontra disponível na Biblioteca Nacional de Portugal. Considerando o contexto apresentado, utilizaremos como aporte teórico a noção de campo proposta pelo sociólogo Pierre Bourdieu. Assim, por meio da análise do Plano de Estatutos, discutiremos seu papel enquanto eixo orientador das linhas programáticas que passariam a definir as produções desta instituição.

Do desastre às letras: a ótica voltariana sobre a hecatombe de Lisboa de 1755

Daniel Leonardo Endringer

A hecatombe de Lisboa de 1755 trouxe consigo, além da devastação, um momento de reflexão sobre o mundo natural. O presente trabalho analisa a perspectiva de Voltaire sobre o evento. Para tanto, serão utilizadas como objetos principais de pesquisa o Poema sobre o desastre de Lisboa, de 1756, e a obra Cândido ou o Otimismo, publicados em 1759. Partindo das fontes, pretende-se analisar de que maneira o olhar de Voltaire observou as desgraças que

se abateram à população lusa, e sob qual perspectiva o cismo poderia ser observado como momento de crítica às instituições de poder portuguesas. Para a questão metodológica deste estudo, a escolha constitui-se no Poder Simbólico e suas estruturas de Pierre Bourdieu.